

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
CAMPUS LITORAL NORTE  
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR**

**JOVINA PAZ GRAZIOLI**

**COMO DOCENTES ESCOLHEM E UTILIZAM OS LIVROS  
DIDÁTICOS DISPONIBILIZADOS PELO PNLD?**  
relatos docentes

Tramandaí  
2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
CAMPUS LITORAL NORTE  
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR**

**JOVINA PAZ GRAZIOLI**

**COMO DOCENTES ESCOLHEM E UTILIZAM OS LIVROS  
DIDÁTICOS DISPONIBILIZADOS PELO PNLD?**  
relatos docentes

Projeto de pesquisa apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizado sob orientação da Professora Dr<sup>a</sup> Dorcas Janice Weber.

Tramandaí  
2022

CIP - Catalogação na Publicação

Grazioli, Jovina Paz  
COMO DOCENTES ESCOLHEM E UTILIZAM OS LIVROS  
DIDÁTICOS DISPONIBILIZADOS PELO PNLD? relatos docentes  
/ Jovina Paz Grazioli. -- 2022.  
55 f.  
Orientadora: Dorcas Janice Weber.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Educação, Licenciatura em Pedagogia, Porto Alegre,  
BR-RS, 2022.

1. Recurso didático. 2. Livro didático . 3. PNLD.  
I. Weber, Dorcas Janice, orient. II. Título.

## DEDICATÓRIA

Inicialmente agradeço a Deus pelo dom da vida. Agradeço a oportunidade que Deus me concedeu de fazer esse curso e de me dar a graça de permanecer até o fim, posso afirmar que até aqui ELE me ajudou, e tenho a fé que continuará me ajudando ser uma pessoa melhor e conseqüentemente poder ser uma profissional melhor.

Sou extremamente grata à minha querida família pelo apoio e compreensão que dedicaram a mim durante essa trajetória, especialmente meu esposo Idirceu e minha filha Victória que com amor e carinho me incentivaram a prosseguir.

Quero agradecer de todo o coração a minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dorcas Weber pela acolhida carinhosa, pela paciência e dedicação em me orientar. Eu a escolhi, e ela me acolheu, superando minhas expectativas, ela esteve mais que presente me ajudando em todo este trabalho.

Sou grata a todos os professores e tutores e também à coordenação do curso pela dedicação e empenho para que os acadêmicos prosseguirem a formação diante dos entraves de uma educação à distância e, além disso, aqueles causados pela pandemia do Coronavírus. Quero agradecer em especial a professora Neusa que me ensinou a dar os primeiros passos na vida acadêmica.

Agradeço a todos que participaram de toda construção pessoal, educacional e profissional durante esse percurso, estão incluídos, além dos educadores do nosso curso, os colegas, as professoras e a direção da escola que fiz os estágios. Dessa forma, sou grata a todos que contribuíram de alguma forma direta ou indiretamente com a realização dessa conquista.

## RESUMO

Este estudo apresenta o resultado de uma investigação teórica acerca do tema recursos didáticos, em especial o livro didático. Este recurso, foi e ainda é, objeto de estudo e críticas que ressaltam o seu modo de uso e suas problemáticas. Então, buscou-se compreender como os docentes escolhem e utilizam os livros didáticos disponibilizados pelo PNLD em suas práticas pedagógicas. Em busca de entender e responder esta inquietação realizou-se uma pesquisa com vários teóricos, tais como: Zabala (1998), Silva (2012), Souza (2007), Bittencourt (1993), Munakata (2012), entre outros. Posteriormente a fim de compreender, de fato, como o livro é escolhido e utilizado no contexto escolar foi enviado um questionário *online* para professores de escolas públicas. Ao analisar as respostas do referido questionário confrontando com os textos dos teóricos pode-se entender o modo que os professores compreendem o livro didático, assim como fazem as suas escolhas e como utilizam. Conclui-se que em relação às escolhas há dois contextos, um em que o professor é mais ativo, tem a possibilidade de fazer a escolha de acordo com a proposta curricular; e, outro no qual o professor fica sujeito a escolha da rede. Esta constatação traz uma inquietação de quantos outros cenários distintos podem ter diante da diversidade de contextos no Brasil. E em relação ao uso do livro didático constatou-se distintos modos de utilização pelas docentes em sala de aula, dentre as entrevistadas, somente uma utiliza diariamente, outras utilizam raramente, já outra considera desnecessário. E ainda constatou-se que de modo geral as professoras compreendem o livro didático como um recurso complementar e utilizam juntamente com outros recursos, e também utilizam para além das ações com os alunos, pesquisas e planejamento de aula.

**Palavras chave:** Recurso didático; Livro didático; PNLD.

## ABSTRACT

This study presents the result of a theoretical investigation on the subject of didactic resources, especially the textbook. This resource was, and still is, an object of study and criticism that emphasize its way of use and its problems. So, we sought to understand how teachers choose and use textbooks made available by the PNLD in their pedagogical practices. In order to understand and answer this concern, a research was carried out with several theorists, such as: Zabala (1998), Silva (2012), Souza (2007), Bittencourt (1993), Munakata (2012), among others. Subsequently, in order to understand, in fact, how the book is chosen and used in the school context, an online questionnaire was sent to public school teachers. By analyzing the answers to the aforementioned questionnaire, comparing them with the texts of the theorists, it is possible to understand the way in which teachers understand the textbook, as well as how they make their choices and how they use it. It is concluded that in relation to the choices there are two contexts, one in which the teacher is more active, he has the possibility to make the choice according to the curricular proposal; and another in which the teacher is subject to the choice of the network. This finding raises a concern about how many other different scenarios may have in view of the diversity of contexts in Brazil. And in relation to the use of textbooks, different ways of using it were found by the teachers in the classroom, among the interviewees, only one uses it daily, others use it rarely, while another considers it unnecessary. And yet it was found that in general the teachers understand the textbook as a complementary resource and use it together with other resources, and also use, in addition to actions with students, research and lesson planning.

**Keywords:** Didactic resource; Textbook; PNLD.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 RECURSOS DIDÁTICOS	12
3 LIVROS DIDÁTICOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	19
4 CRÍTICAS E CONSAGRAÇÕES DOS LIVROS DIDÁTICOS	25
5 LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD	32
6 ESCOLHA E USO DOS LIVROS DIDÁTICOS	35
7 CONCLUSÃO	49
APÊNDICE	55

## 1 INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa tem por objetivo descobrir e compreender o principal recurso didático utilizado no cotidiano escolar: o livro didático. Por recurso didático entende-se todo o material utilizado pelo professor com a finalidade de potencializar o processo de ensino e aprendizagem. Já o livro didático é um dos infinitos recursos didáticos. O livro didático foi tema da disciplina Laboratório: Materiais Pedagógicos deste curso, e foi apresentado como um dos recursos didáticos a ser utilizado, aprendemos de forma crítica e reflexiva quanto à escolha e seu uso, de forma a reconhecer suas potencialidades e limitações.

Essa reflexão me motivou a fazer esse projeto de pesquisa, porque na área que irei atuar como pedagoga os livros didáticos são essenciais, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. E ao ler Nakamoto (2010), me deparei com questionamentos de alguns autores sobre o surgimento de muitas pesquisas sobre o livro didático, contudo, poucas vezes perguntaram ou responderam como o professor utiliza o livro didático e nem a forma como é escolhido. Silva (2012) além de fazer esse mesmo questionamento, atenta àqueles que consagraram o livro didático o fato deles não perguntarem a opinião dos professores. Isso tudo além de me motivar, justifica o meu projeto de pesquisa para o campo intelectual, pois acrescentará conhecimento à ciência. Outra justificativa é que as respostas em relação aos objetivos gerais e específicos vão servir de reflexão para os professores.

Diante do exposto acima achei relevante buscar conhecer o objeto de pesquisa – o livro didático – através de outras leituras principalmente dos seguintes autores: Zabala (1998), Souza (2007) e Silva (2012) a fim de obter uma melhor compreensão, pois as respostas serão de suma importância para minha futura docência, já que é curso licenciatura em Pedagogia. Contudo, devido a abrangência do objeto de análise, aqui, o campo de estudo estará limitado aos docentes da etapa dos anos iniciais do Ensino Fundamental, uma vez que é a área de atuação da Pedagogia. Neste contexto, a questão que norteou este estudo foi como os docentes escolhem os livros didáticos através do PNLD e utilizam nas suas práticas docentes?



Cada um de nós, como aluno, teve um encontro com o livro didático. Eu, particularmente, lembro, até hoje, dos livros didáticos de História que estavam disponíveis na época em que eu estudava, acreditava em tudo que lia, para mim era a única verdade. Até que, na disciplina Laboratório Materiais Pedagógicos, do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS, a professora Dorcas Weber (2021) problematizou a escolha dos livros didáticos distribuídos, pelo Programa Nacional do Livro Didático e Material Didático (PNLD), gratuitamente às escolas públicas. Naquele momento, percebi que entre os aspectos que devemos considerar na hora da escolha está a metodologia, quais os aspectos pedagógicos abordados pelo autor nos conteúdos do livro didático. Esta reflexão me fez compreender que na escrita dos livros há uma ênfase em determinados conteúdos em detrimento de outros. Esses aspectos também podem ocorrer por interferências das editoras para qual os autores produzem os livros didáticos, que por sua vez podem atender às solicitações de governos que visam o controle social e determinam a metodologia e os conteúdos abordados nos livros didáticos.

O aprendizado que tivemos nessa disciplina sobre o livro didático me motivou a pensar sobre como ocorrem as escolhas e utilização dos livros didáticos pelos docentes. Tal motivação adveio de uma proposta na qual elaborei um plano a partir de um livro didático, escolhido dentre aqueles aprovados pelo PNLD. Quando realizei a escolha do livro didático, para a proposição, percebi, de fato, o que aprendemos na disciplina, ou seja, o quanto são distintos, em conteúdos (fragmentados e superficiais), ênfase ou detrimento em alguns conteúdos e metodologias (forma de abordar os conteúdos). E ao usá-lo no plano, a fim de atingir os objetivos, foi necessário o uso de outros recursos didáticos. Essa atividade apontou que o papel do livro didático é o mesmo de quando ele surgiu, ou seja, ele tem o “[...] objetivo de auxiliar no processo pedagógico no contexto escolar, [...] [e não como se tem] observado que o livro didático, muitas vezes, tem sido a ferramenta norteadora dos docentes” (WEBER, 2021).

Diante disso, percebi a importância no processo de escolha dos livros didáticos em relação aos aspectos supracitados e do uso de forma consciente e reflexiva do livro didático, compreendendo sua importância como auxiliador no processo pedagógico e não como orientador das práticas docentes.

As inquietações acerca de recursos didáticos me moveram a buscar por autores que pudessem me auxiliar a compreender aspectos relacionados a estes recursos. Entre eles estão: Zabala (1998), Souza (2007) e Silva (2012) a partir dos quais foi possível ter uma compreensão sobre parte do tema recurso didático, o qual compreende todo material utilizado pelo professor a fim de potencializar o processo de ensino-aprendizagem. Tendo como foco, nesta pesquisa o livro didático, as demais leituras foram nessa finalidade.

Autores como Zabala (1998), Souza (2007) e Silva (2012) alertam sobre a importância dos diferentes recursos didáticos e de seu papel no processo de ensino-aprendizagem. Dentre os recursos mais utilizados está o livro didático, que, muitas vezes, é usado como única referência conceitual. Este uso, pode ser explicado pelo fato de este objeto chegar às escolas públicas brasileiras por meio do PNLD. Neste sentido, debater com docentes sobre aspectos relacionados à escolha dos livros que serão enviados à escola, seu modo de uso e possíveis integrações a outros recursos, pode proporcionar uma reflexão acerca do uso de recursos e, com isso, ampliar sua concepção acerca dos recursos didáticos e seu uso na prática docente.

Os autores que já se debruçaram em estudos sobre recursos didáticos, em especial sobre os livros didáticos, auxiliam identificar questionamentos que justifiquem a realização dessa pesquisa. Nesta proposta se pretendeu tomar estas questões como inspiração para buscar compreender e debater aspectos relacionados à escolha e uso dos livros didáticos como nos questiona Silva (2012), ao apontar a necessidade de perguntar aos professores “[...] como o livro é utilizado em sala de aula” (p. 805). Outro apontamento sobre o livro didático como objeto de estudo e discussão direciona-se a “[...] pesquisas que enfocam a forma que o docente escolhe o livro que usará, como é a atuação deste ao utilizá-lo em sala de aula e como a criança e o adolescente percebem e assimilam o conteúdo” (FREITAG;<sup>1</sup>COSTA; MOTTA, 1989 apud NAKAMOTO, 2010, p.2).

Estas questões mobilizaram esta pesquisa pois vislumbra-se que poderá contribuir na prática dos professores, fazendo-os refletir sobre as escolhas dos livros e para a compreensão de seu potencial, entendendo que este

---

<sup>1</sup> FREITAG, Bárbara; Costa, Werderly F. da; MOTA, Valéria R. O livro didático em questão. São Paulo: Autores/Associados, 1989.

corresponde apenas a um dos recursos didáticos possíveis e não o único ou o mais importante.

Descobrir de que forma docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental escolhem os livros didáticos disponibilizados pelo PNLD e, como os utilizam em suas práticas docentes necessitou de uma investigação em distintos momentos. Num primeiro momento foi realizado estudo com teóricos acerca dos recursos didáticos, seus conceitos e usos. A seguir, para compreender como os docentes selecionam os livros que serão, por eles, utilizados, foi realizado um questionário, analisado qualitativamente.

## 2 RECURSOS DIDÁTICOS

Recurso didático é todo material utilizado como auxílio no ensino - aprendizagem do conteúdo proposto para ser aplicado pelo professor a seus alunos. (SOUZA, 2007, p. 111).

Com esta frase, Souza (2007) nos convida a pensar concepções relacionadas aos recursos didáticos. Existe uma infinidade de recursos didáticos que podem potencializar e melhorar os processos de ensino e aprendizagem. No âmbito da sala de aula existem aqueles recursos que podem ser utilizados em ações diretas com os estudantes, tais como “[...] o quadro de giz até um data show passando por jogos, passeios para pesquisa de campo e assim por diante” (SOUZA, 2007, p. 111).

Para cada etapa e modalidade da educação existem recursos específicos, que variam de acordo com as diferentes idades, disciplinas e necessidades educacionais. Os recursos utilizados no âmbito da sala de aula são de diversos suportes e caracterizam-se desde aqueles elaborados pelos professores para atender uma demanda específica que, em geral, ficam desconhecidos e ignorados da comunidade escolar, como afirma (SANTOS, 2014) até aqueles produzidos industrialmente e amplamente disseminados.

Mello (2004) aponta que as ferramentas e recursos universais, utilizados na maioria dos componentes curriculares, no âmbito escolar brasileiro são:

Álbum seriado, cartazes, computador, datashow, desenhos, diorama, discos, DVDs, episcópio, filme, flanelógrafo, folders, gráficos, gravador, gravuras, história em quadrinhos, ilustrações, jornais, letreiros, livros, mapas, maquete, mimeógrafo, modelos, mural, museus, quadro magnético, quadro de giz, réalias, retroprojeter, revistas, slides, televisão, textos, transparências, varal didático, videocassete, aparelho de DVD. (MELLO<sup>2</sup>, 2004 apud FREITAS, 2009, p.29).

De acordo com Zabala (1998), podem ser encontrados recursos que vão para além das ações diretas com os alunos. O autor aponta, ainda, que estes recursos didáticos, também chamados materiais curriculares, correspondem àqueles “[...] instrumentos que proporcionam ao educador referências e critérios para tomar decisões, tanto no planejamento como na sua intervenção direta no processo de ensino/aprendizagem e em sua avaliação”

---

<sup>2</sup> MELLO, R. M. **Tecnologia educacional**. Paraná: CRTE Telêmaco Borba, 2004.

(ZABALA, 1998, p. 167-168). Complementando esta concepção, Freitas (2009), destaca que um material didático deve incentivar a aprendizagem, sendo assim, pode ser qualquer recurso que transmite mensagens além das verbais, mas que “abarcam sons, cores, formas, sensações” (p.24).

Considerando estes autores, os recursos didáticos estão para além do âmbito da sala de aula, extrapolam os muros escolares e permeiam outras ações docentes, como por exemplo, as ações de pesquisa e planejamento. Dessa forma, podemos pensar nos recursos didáticos ou materiais curriculares como aqueles que envolvem toda a prática docente. Então, podemos incluir, inclusive, na relação de recursos ou materiais didáticos, documentos legais, tais como: Base Nacional Comum Curricular - BNCC, o Projeto Político Pedagógico da instituição, a sequência didática, o plano de aula, etc..

Além da classificação dos recursos por âmbitos de intervenção do professor, Zabala (1998) tipifica os recursos de acordo com a intencionalidade ou função, apontando que eles podem “[...] orientar, guiar, exemplificar, ilustrar, propor e divulgar [...]” (p.168). Suas funções são definidas de acordo com os conteúdos e objetivos de aprendizagem. Da mesma maneira, a forma de utilização destes, o modo de organizá-los e articulá-los junto a outros recursos ou conteúdos, deve estar em concordância com a intencionalidade pedagógica.

Os autores acima, apresentam elementos relacionados às concepções acerca dos recursos didáticos. A partir delas, nos direcionam a pensar para além da concepção comum de que recursos didáticos se resumem a livros didáticos e materiais utilizados durante as aulas com os alunos. Esta concepção, talvez, esteja impregnada em nossa cultura devido ao contato que se tem com determinados recursos no período escolar.

As inovações tecnológicas estão, cada dia, mais presentes em todos os ambientes e, cada vez mais, os professores têm utilizado os recursos disponibilizados pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) nas suas práticas docentes. A internet, por exemplo, é uma ferramenta de grande valia em vários âmbitos da prática docente, seja no momento de elaboração de planejamentos ou mesmo na prática pedagógica direta com os alunos.

Todavia, os recursos didáticos não são objetos recentes, eles surgiram, de acordo com o relato histórico de Souza (2007), a partir das

transformações sociais e políticas mundiais e o desenvolvimento da psicologia trouxeram consigo a preocupação com o papel da educação, trazendo à luz estudos sobre o desenvolvimento infantil na aquisição do conhecimento, isso fez com que surgissem teorias pedagógicas que justificassem o uso de materiais “concretos” em sala de aula que com o passar dos anos tomaram feições diversificadas. ( p.111).

Fiorentini e Miorim (1990) e Souza (2007) relatam que até o séc. XVI a concepção era que a criança aprende da mesma forma que um adulto, era considerada um adulto em miniatura, menos desenvolvida. E o ensino era através da transmissão do conhecimento, o professor tinha o papel de transmitir e fazer e exposição dos conteúdos e informações, e a aprendizagem do aluno era passiva, memorizava regras, procedimentos e fórmulas. O uso de recursos era criticado, os poucos professores que passaram a utilizá-los, o faziam com o propósito de demonstrar, de ilustrar. Dessa maneira, o recurso “[..] servia apenas de auxiliar da exposição, a visualização e a memorização do aluno” (FIORENTINI, MIORIM, 1990, p.2). Os autores trazem alguns exemplos desses recursos utilizados por alguns desses professores, entre eles:

[...] o flanelógrafo, as réplicas grandes em madeira de figuras geométricas, desenhos ou cartazes fixados nas paredes... Em síntese, estas constituem as bases do chamado "Ensino Tradicional" que existe até hoje em muitas de nossas escolas (FIORENTINI, MIORIM, 1990, p.2).

A inclusão dos recursos didáticos nas práticas pedagógicas, deu-se a partir da intenção de criar outros modos de transmissão dos conteúdos e não das necessidades de aprendizagem dos alunos. Assim, esses recursos que poderiam ser grandes auxiliares do processo ensino-aprendizagem facilitando a interação entre o professor, aluno e o conhecimento serviram de transmissores de informações mantendo o aluno como passivo e o professor detentor do saber, entretanto para que a aprendizagem seja significativa é preciso que ambos sejam atuantes.

A partir do século XVII, começaram a surgir questionamentos sobre as práticas pedagógicas tradicionais. Jan Amos Komenský (1592-1672), mais conhecido por Comenius, em sua obra *Didática Magna* (1621-1657) faz críticas aos livros e as representações abstratas apresentadas à juventude, ao invés das concretas "...ao invés de livros mortos, por que não podemos abrir o livro

vivo da natureza? Devemos apresentar a juventude às próprias coisas, ao invés das suas sombras" (KOMENSKÝ<sup>3</sup>, 1657, apud SOUZA, 2007, p. 112).

A crítica de Komensky, além de fundamentada, ainda é atual. A filósofa Viviane Mosé (2009<sup>4</sup>) falando da educação brasileira, diz que a influência que a escola recebeu do idealismo platônico, o qual acredita que quanto mais o indivíduo tem conhecimento do abstrato, maior é o conhecimento. Com esse pensamento o professor prefere a lousa, mesmo estando bem perto do objeto de estudo. Pode-se citar como por exemplo, os temas meio ambiente e ética, comuns nas escolas, sobre os quais o professor conversa com as crianças de forma abstrata. Desta forma, não apresenta o conteúdo relacionado ao contexto do aluno. Parece que o educador ainda não teve clareza dos limites e problemas desta metodologia, talvez a preocupação em transmitir o conteúdo lhe cega as inúmeras possibilidades de apresentar o concreto manifestado no seu cotidiano e também no dos alunos.

Já no século XVIII, Jean Jacques Rousseau ao considerar a educação como um processo natural do desenvolvimento da criança, valoriza o jogo, o trabalho manual e a experiência com coisas concretas. Em seu livro “Emílio ou da educação” (ROUSSEAU, 1995) apresenta suas discussões acerca da infância e, com isto, se torna precursor de uma escola que considera a criança ativa no processo de aprendizagem, uma escola que valoriza o sentimento, o interesse e a criatividade (SOUZA, 2007). Essa nova concepção sobre a criança, em especial nos processos de ensino e aprendizagem, passa a considerá-la como ser ativo, valorizar seu sentimento, interesse e sua criatividade. Esta é uma concepção de educação oposta ao método expositivo. A partir disso, os recursos didáticos passaram a ser utilizados com outra finalidade, qual seja, a de facilitar a aprendizagem do aluno.

Os precursores de Comenius foram Pestalozzi (1746 - 1827) e de seu seguidor Froebel (1782 - 1852), o primeiro fundou um internato em que valorizava “[...] o canto, desenho, modelagem, jogos, excursões ao ar livre, manipulação de objeto [...]” (SOUZA, 2007, p.112). Aqui, inicia-se a prática de

---

<sup>3</sup> KOMENSKÝ, Jan Amos. Didactica Magna. GOMES, Joaquim Ferreira (ed.). Tradução: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (Portugal). Portugal: Versão para eBook eBooksBrasil.com, 1657. 179 p. digitalizado em 2001. Disponível em: file:///C:/Users/jovin/OneDrive/Documents/A\_didactica\_magna\_COMENIUS.pdf. Acesso em: 14 abr. 2022.

<sup>4</sup> Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=EigUj\\_d5n80](https://www.youtube.com/watch?v=EigUj_d5n80). Acesso em 06 set 2022.

colocar a criança como ativa no processo ensino-aprendizagem e o uso de recursos didáticos e conteúdos pensados no seu interesse, diferente dos outros recursos que foram elaborados pensando no processo do professor expor os conteúdos.

Inspirados em Pestalozzi, anos mais tarde, Montessori (1870-1952) e Decroly (1871-1932) desenvolveram uma didática ativa para ensinar matemática. Um dos materiais desenvolvidos por eles é o Material Dourado (SOUZA, 2007). Cada um desses deixou contribuições significativas para as práticas educativas, primeiramente, foram reconhecendo o aluno como ativo no processo de aprendizagem e aos poucos foram incluindo os materiais didáticos de modo experimental, que aos poucos foram aperfeiçoados e adaptados às necessidades locais e temporais. O método Montessori<sup>5</sup> sobreviveu à passagem do tempo e adaptou-se às transformações da sociedade e atualmente é um método muito utilizado que favorece a autonomia e a interação da criança.

As propostas supracitadas, apontam algumas reflexões e pesquisas que foram desenvolvidas a partir de metodologias que vinham sendo utilizadas em processos educativos. Apontam, também, o surgimento do uso de recursos didáticos como forma de criar novas estratégias de ensino e aprendizagem. Com isso, percebe-se uma mudança na postura do professor e também na postura daquele que aprende. A partir desses estudos, muitas mudanças ocorreram nos anos que seguiram. E, por isso, hoje pode-se encontrar uma infinidade de recursos que podem ser utilizados em processos de ensino e aprendizagem.

Diante de tantos recursos didáticos é preciso refletir sobre as opções e sobre seu uso. Pois, mais importante do que o uso de um recurso é discutir e resolver uma questão problema relacionada ao contexto do aluno, ou mesmo, a estimular o raciocínio abstrato com a intenção de formar um aluno reflexivo no contexto social, conforme nos alerta Souza (2007). Isso significa que o uso do recurso necessita estar articulado ao que se pretende desenvolver no aluno

---

<sup>5</sup> Método Montessori é o nome que se dá ao conjunto de teorias, práticas e materiais didáticos criado ou idealizado inicialmente por Maria Montessori. De acordo com sua criadora, o ponto mais importante do método é, não tanto seu material ou sua prática, mas a possibilidade criada pela utilização dele de se libertar a verdadeira natureza do indivíduo, para que esta possa ser observada, compreendida, e para que a educação se desenvolva com base na evolução da criança, e não o contrário. (ALENCAR BARBOSA; BUBLITZ; BARUFFI, [s.d], p. [n.p]).



durante o processo ensino aprendizagem, qual objetivo de aprendizagem se deseja alcançar, e não do recurso em si, pois ele deve cumprir seu papel de auxiliar.

É preciso que o professor tenha objetivos claros e um planejamento com embasamento teórico ao trabalhar utilizando os vários recursos didáticos a fim de alcançar os objetivos propostos. Contudo, vale ressaltar que com recursos físicos palpáveis, o envolvimento do aluno passa a ser distinto, mais ativo. Souza (2007) complementa dizendo que desta forma o conhecimento parte do concreto para o abstrato, e é bem mais motivador aprender brincando.

Vygotsky (1999<sup>6</sup>) esclarece que “[...] uma prática pedagógica adequada perpassa não somente por deixar as crianças brincarem, mas, fundamentalmente, por ajudar as crianças a brincar, por brincar com as crianças e até mesmo por ensinar as crianças a brincar” (apud SOUZA, 2007, p.113). Um exemplo, na maioria das escolas tem o jogo amarelinha, mas o fato do jogo estar ali a disposição das crianças não significa que elas brincando sozinhas sem entendimento das regras, sem ajuda do professor, irão desenvolver todas as habilidades que são possíveis através desse jogo. Pois, é usando corretamente o jogo que as crianças irão adquirir habilidades como noção de espaço, quando joga a pedrinha e quando pula dentro de cada casinha, força muscular e equilíbrio se pular corretamente, entre outras.

Souza (2007) sinaliza, ainda, que o uso adequado dos recursos didáticos vai depender da boa formação do professor e sua concepção pedagógica. Nesse sentido, o autor acrescenta que professores bem formados e que utilizam de uma metodologia ativa nos processos de ensino, sabem manipular os recursos didáticos e proporcionar aprendizagens significativas a seus alunos.

O professor bem formado busca superar a metodologia tradicional, pois compreende que as aprendizagens significativas são resultado das interações do aluno, professor e o conhecimento. Portanto, utilizam uma metodologia ativa e/ou dialética que prioriza o maior envolvimento do aluno. Com isso, inova sua prática docente, não somente com o uso dos recursos, mas com estratégias que motivam os alunos a se engajarem no processo de aprendizagem.

---

<sup>6</sup> VYGOTSKY. Lev . Psicologia da arte. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

O papel do educador, dessa forma, não seria apenas ficar passando informações, mas preparar, provocar os sujeitos para o processo de conhecer e colocar à disposição objetos (materiais, situações) ou indicações que possam levar ao conhecimento (quando ele fala, faz da sua fala o objeto de conhecimento). (VASCONCELLOS, 1992, p. 8).

Todavia, o contrário também pode ocorrer, as aprendizagens não serão significativas, se um professor utilizar um recurso didático sem refletir em sua concepção político-pedagógica, sem entender a criança como um ser ativo e relacional, ou simplesmente usa-o para ocupar o tempo livre e não com a função de auxiliar no processo de ensino-aprendizagem.

O uso inadequado de um recurso didático pode resultar no que se chama, 'inversão didática' [...] Um exemplo disso, seria um professor que deve ensinar matemática com o uso do ábaco apenas deixar as crianças brincarem com o objeto sem resgatar a historicidade do mesmo e sua importância para o ensino da matemática (SOUZA, 2007, p. 113).

Desta forma, nota-se que a produção de recursos não é algo simples, assim como o seu uso. É preciso saber usar os diferentes recursos didáticos a fim de potencializar o processo ensino-aprendizagem dos alunos. Por isso, é fundamental que o professor busque mais formação, a fim de estar preparado para a utilização de recursos no contexto de sua prática.

### 3 LIVROS DIDÁTICOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

De modo geral, pode-se dizer que a maioria das pessoas já utilizou um livro didático no seu percurso escolar. Suas lembranças acerca de seus usos são os mais diversos. Por um bom tempo, as imagens eram elemento de encanto nesse tipo de publicação, visto que apresentavam objetos e locais desconhecidos e distantes. Há na memória de muitos, os textos, que pareciam imensos, as atividades complexas que desafiavam seus usuários.

As memórias relacionadas aos livros didáticos são tão plurais quanto seus significados. Bittencourt (1993) afirma que “o livro é um objeto escolar de ‘muitas facetas’, cujo interesse está presente em muitos campos de investigação: história, ciências políticas e econômicas, pedagogia, sociologia, linguística, etc..” (p.3). Stray (2019) define o livro didático “[..] como um produto cultural, composto, híbrido que se encontra no cruzamento da cultura, da pedagogia, e da sociedade” (STRAY<sup>7</sup>, 1993, 77-78 apud FREITAS, RODRIGUES, 2019, p.301). Não é apenas um instrumento pedagógico, ele tem uma natureza complexa e, conforme Munakata (2012), é um recurso “produzido para fins educacionais, visando principalmente ao público escolar” (p. 57).

Weber (2021) apresenta um pouco da história do livro didático e reconhece que apesar dele estar presente nas escolas no mundo todo, o seu percurso não é muito claro, pois se pode dizer que, em geral, a história dos livros se confunde com a dos livros didáticos. Segundo a autora, os primeiros livros criados datam a milênios antes da era cristã, eram registros feitos em tabletes de barro bem distintos dos formatos atuais, mas que tinham uma intenção educativa de deixar os registros para as gerações futuras. Pôde-se compreender como uma intenção educativa, mesmo que não formalizada, já que não havia escolarização e nem espaço escolar. Silva (2012) situa o surgimento do livro didático na “[...] Grécia antiga, quando Platão sugeriu que se fizesse uma composição de livros de leitura com uma seleção do melhor de sua época” (807).

---

<sup>7</sup> STRAY, Chris. Quia Nominor Leo: Vers une sociologie historique du manuel. In: CHOPPIN, Alain (org.) Histoire de l'éducation. n° 58 (numéro spécial). Manuels scolaires, États et sociétés. XIXe-XXe siècles, Ed. INRP, 1993

Já Weber (2021), em sua síntese da história do livro, se reporta de uma época indefinida e relata que os livros na China passaram a ser impressos a partir da técnica de xilogravura. E, na era medieval, inicia-se na Europa a prática da cópia do manuscrito dos livros religiosos. A autora relata, ainda, que com a revolução da imprensa em meados do século XV, a Alemanha imprimiu o primeiro livro, a Bíblia, reproduzido com fins de formação religiosa, ou seja, tinham objetivos pedagógicos. Em 1657, na Hungria, Jean Amós Comenius publica o primeiro exemplar de um livro didático chamado *Orbis sensualium pictus* sem fins de formação religiosa, mas pensando na formação de crianças (WEBER, 2021). Comenius, já supracitado autor do livro *Didática Magna*, é considerado o “Pai da didática” (SOUZA, 2007, p.112).

Em resumo, “[..]o livro didático tem estado presente nas instâncias formais do ensino nas mais variadas sociedades [...] no caso brasileiro, a utilização mais sistemática do livro didático no ensino nos remonta ao período imperial [...]” (SILVA, 2012, p.807). O autor descreve que no século XIX foi criado o Colégio Pedro II para a elite que tinha como referência a educação e a cultura europeia e, como a imprensa instalada no Brasil não tinha boas condições de publicar os livros didáticos, importavam os manuais franceses traduzidos para o português.

Dando um salto na história do livro didático para o século XX, Silva (2007), Freitas e Rodrigues (2008) e Weber (2021) apontam as datas de 1929 e 1930 como marco da chegada dos livros didáticos nas escolas brasileiras. Freitas e Rodrigues (2019) destacam a criação Instituto Nacional do Livro (INL) em 1929 como contribuição para a legitimação do livro didático nacional. Já Silva (2012) aponta para mudanças advindas em 1930 na gestão do ministro Francisco Campos do Ministério da Educação e Saúde Pública que trouxe uma Reforma submetida ao ideal de nação forte e unida do presidente Getúlio Vargas.

A exigência política de uma proposta ‘pedagógica’ nacionalista aliada à queda da Bolsa de Nova York, que gerou uma crise econômica sem precedente na história do capitalismo e elevou os custos da importação de livros, fomentou o desenvolvimento da produção didática nacional (SILVA, 2012, p. 808).

De acordo com o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE)<sup>8</sup> podem ser citados alguns marcos históricos que envolveram o livro didático no Brasil. Um deles se refere a criação do Instituto Nacional do Livro, em 1937 e, outro, a criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), em 1938. Esta última estabelecia a primeira política de legislação para tratar da produção, do controle e da circulação dessas obras.

Silva (2012) acrescenta que além da CNLD foram criadas as Comissões Estaduais do Livro Didático (CELD) e, com isso, foi se “[...] estabelecendo o controle político e ideológico da produção a distribuição de livros didáticos no país pela ditadura de Vargas” (p. 808). Freitas e Rodrigues (2008) destacam que no ano de 1945, após muitos questionamentos da legitimidade do decreto anterior, foi criado um outro decreto (Decreto-Lei nº 8.460/45), que restringia o professor da escolha do livro didático.

Silva (2012) revela dois fatos distintos do que ocorre atualmente, um é que no início muitos livros didáticos ficavam em uso até cinquenta anos nas salas de aula. Para isso, eram feitas sucessivas edições, depois de muito tempo passaram a ser utilizadas durante seis anos. O outro fato é que os autores não eram formados nas áreas específicas sobre as quais escreviam, isso mudou nos anos 60. Nesse mesmo período houve um aumento considerável de alunos nas salas de aulas, devido à inclusão daqueles antes excluídos. Foram necessárias criar políticas de barateamento do livro e também buscar financiamento para sua produção.

De acordo com o FNDE<sup>9</sup> em 1966 foi realizado um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte - Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) que permitiu a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED). Esta comissão tinha como objetivo coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático, e pretendia distribuir gratuitamente 51 milhões de livros no período de três anos. Porém, Freitas e Rodrigues (2008) esclarecem que

em relação a este acordo houve diversas críticas por parte de educadores brasileiros, pois ao MEC e ao SNEL (Sindicato

---

<sup>8</sup> Histórico. **FNDE - Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518-hist%C3%B3rico>. Acesso em: 18 jul. 2022.

<sup>9</sup> idem nota 6

Nacional de Editores de Livros) caberiam apenas responsabilidades de execução e aos órgãos técnicos da USAID todo o controle (p. 302).

Ainda, o FNDE<sup>10</sup> destaca que em 1970, foi implementado, pelo Ministério da Educação, um sistema de coedição de livros juntamente com outras editoras, financiado pelo Instituto Nacional do Livro. Em ano de 1971, com a extinção da COLTED e o término do convênio MEC/USAID, o INL passou a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), assumindo as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros. Em 1976 com a extinção do INL essa incumbência passa para o Fundo Nacional do Material Escolar (FENAME).

Em 1983 o FENAME foi substituído pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que incorpora o PLIDEF, e também é proposta a participação dos professores na escolha dos livros e a ampliação do programa. Porém segundo Freitas e Rodrigues (2008) “[...] os recursos não foram o suficiente para atender todos os alunos do ensino fundamental da rede pública, e a solução encontrada foi excluir do programa a grande maioria das escolas municipais” (p. 302).

Em 1985 o Plidef é substituído pelo o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) por meio do Decreto de Lei nº 91.542, de 19/08/85

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) compreende um conjunto de ações voltadas para a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, destinados aos alunos e professores das escolas públicas de educação básica do País. O PNLD também contempla as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. As escolas participantes do PNLD recebem materiais de forma sistemática, regular e gratuita. Trata-se, portanto, de um Programa abrangente, constituindo-se em um dos principais instrumentos de apoio ao processo de ensino-aprendizagem nas Escolas beneficiadas (FNDE).<sup>11</sup>

Anos mais tarde, em 1993, são definidos os critérios de avaliação do livro didático. E, no ano de 1995, volta a universalização da distribuição do livro didático no ensino fundamental, e no ano de 1996 foi iniciado o processo

---

<sup>10</sup> idem nota 6

<sup>11</sup> Programa do livro: Sobre os programas do livro: o que é? **FNDE. Fundo Nacional do Livro Didático**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro>. Acesso em 20 jul. 2022. <https://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro>.

de avaliação pedagógica dos livros que fariam parte do PNLD. Para que as instituições fizessem a escolha dos livros, neste mesmo ano, foi criado o primeiro guia de livros didáticos, que trata-se de

[...] um dos documentos mais importantes para efetivação da escolha, pois traz resenhas e informações acerca de cada uma das obras aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), apresentando aos docentes análises, reflexões e orientações quanto ao conteúdo e estrutura das obras e suas potencialidades para a prática pedagógica. Além de resenhas e de textos introdutórios escritos pelas equipes de avaliação de cada componente curricular [...] (MEC<sup>12</sup>).

Em 1997 o MEC passou a adquirir os livros de forma contínua para alunos da 1ª à 8ª séries do Ensino Fundamental. Freitas e Rodrigues (2008) apontam que a partir desta data inicia-se “[...] uma produção e distribuição massiva de livros didáticos” (p.303). Miranda e Luca (2004) apontam a volta da democracia como efeito das melhorias significativas em relação ao livro didático. E, destacam que em 1996 ficou estipulado que a aquisição das obras didáticas estariam sujeitas a avaliações prévias segundo regras estipuladas em edital próprio. Entre as melhorias que foram ocorrendo, podem ser citadas a distribuição de dicionário de Português, Espanhol e Inglês, livros de Braille e distribuição integral de livros para o Ensino Médio, inclusive na modalidade de jovens e adultos.

Com o decreto nº 9.099 de 2017, passa a existir o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), que passou a adquirir e distribuir “[...] materiais de apoio à prática educativa para além das obras didáticas e literárias: obras pedagógicas, *softwares* e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros” (MEC<sup>13</sup>). A partir deste decreto passam a ser atendidas as três etapas da Educação Básica de todas as redes públicas de ensino.

Segundo Caimi (2018) foram milhões de exemplares de livros distribuídos no PNLD 2017, que envolveu um grande investimento financeiro.

---

<sup>12</sup> Guia do Programa Nacional do Livro Didático. **MEC. Ministério da Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12637-guias-do-programa-nacional-do-livro-didatico>. Acesso em: 20 jul. 2022.

<sup>13</sup> idem 13

“Trata-se portanto de um programa de largo alcance, que mobiliza vultosos recursos e atinge um contingente expressivo de sujeitos: alunos, professores, gestores e famílias” (CAIMI, 2018, p.22).

Contudo, além do autor, Xavier, Toledo e Cardoso (2020) criticaram várias mudanças do decreto nº 9.099/2017 em comparação ao decreto nº 7.088/2010. Uma das mudanças refere-se ao modo de escolha. Os livros eram escolhidos livremente pelas escolas e com o novo decreto “[...] a liberdade de escolha pelo professor na escola é severamente restringida, na medida em que abre a possibilidade de a escolha ser única para toda a rede” (Cambi, 2018, p.30). Ou seja, com o novo decreto as redes de ensino têm três modelos possíveis de escolha e elas que decidem qual pretendem adotar, quais sejam: cada escola escolhe seu material; um grupo de escolas recebe o mesmo material; ou, se adota o mesmo material para toda a rede. A crítica do autor se refere à última possibilidade na qual a rede de ensino adota uma coleção, a qual restringe a decisão de professores a nível municipal com contextos e realidades distintas. Entre outras críticas, Cambi (2018) discorreu enfatizou a função de avaliar destinada para o PNLD, atentando que tal centralidade pode ser prejudicial.

Apesar das críticas em relação à avaliação institucional dos livros didáticos, Caimi (2018) reconhece que o PNLD tem apresentado “[...] um conjunto de características editoriais e pedagógicas que vem qualificando progressivamente a produção didática” (p. 38). Xavier, Toledo e Cardoso (2020) também consideram as entraves da política do PNLD quanto a sua implementação. Mas, por outro lado, os autores supracitados reconhecem a importância do programa e sua contribuição para o trabalho do professor em sala de aula, já que o livro didático é uma importante ferramenta para os processos de ensino e aprendizagem. Enfim, para os autores o PNLD, diante da diversidade cultural, social e econômica, é uma política pública de equalização, pois oportuniza e assegura o acesso aos livros gratuitamente às famílias que não teriam condições de comprar um livro.



## 4 CRÍTICAS E CONSAGRAÇÕES DOS LIVROS DIDÁTICOS

O livro didático faz parte da cultura escolar brasileira há décadas, e passou por muitas transformações ao longo dos anos. Em alguns momentos são vistos como os “queridinhos” e, em outros, são “mal vistos”. No século XX, o livro didático foi considerado, por muitos, como “mal visto” no Brasil, segundo Silva (2012), o qual também afirma que nessa época outros órgãos governamentais, e até privados, tinham a incumbência de publicar e distribuir livros didáticos. Santos (2004) ao reportar-se ao século passado relata que foram criadas muitas leis e medidas governamentais, sem a participação da sociedade, ou seja, os envolvidos diretamente com os livros didáticos, que visavam mais um controle político do que uma preocupação com a didática e com a questão educacional.

Segundo Freitag, Costa e Mota (1989)<sup>14</sup> apud Santos (2004), os livros eram fabricados sem ter preocupação com a qualidade já que tinham como comprador o estado, o qual era ‘cego’ ao comprá-los. Dessa maneira, os autores entendem que os programas do livro didático no Brasil estavam servindo aos interesses do estado, do mercado e da indústria cultural.

Vale ressaltar a pesquisa de Höfling (2000<sup>15</sup>) apud Simões (2012), na qual fez uma análise (entre 1977 a 1998) dos fatores e atores que decidem a política compra e a distribuição dos livros didáticos. Nesta análise, foi apontada a existência de uma estreita relação entre o estado e um grupo de editoras privadas. Ou seja, uma “[...] acentuada centralização da participação de um grupo de editoras no PNLD e coloca em questão as perspectivas de descentralização do programa” (SIMÕES, 2012, p.3). Além disso, nessas pesquisas foram constatadas interferências das editoras nas escolhas dos livros pelos professores, as quais utilizaram estratégias de *marketing* na divulgação das obras.

---

<sup>14</sup> idem nota 1

<sup>15</sup> HÖFLING, E. de M. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático, Educação e Sociedade, v. 21, nº 70, p.159-170, 2000.

Freitas, Costa e Mota (1989) <sup>16</sup>apud Santos (2004) relatam que muitos professores, naquela época, tinham formação insuficiente e, portanto, sem condições de fazer uma análise crítica dos livros didáticos, utilizavam como o único instrumento de trabalho. Para os autores, isso tornava o professor e aluno seus escravos, uma vez que ao utilizarem o livro didático perderam autonomia e senso crítico. Santos (2004) complementa que devido a isso os professores não questionavam as incoerências, as imperfeições, a desatualização e a deficiência metodológica, ou seja, a má qualidade dos livros didáticos.

Zabala (1998) relata que “ao longo do século XX, os diferentes movimentos progressistas questionam o papel do livro didático. Seguidamente se manifestam radicalmente contra seu uso” (ZABALA, 1998, p. 174-175). Zabala (1998) e Darido (2008) afirmam que as críticas eram em relação aos objetivos e aos conteúdos ideológicos. Darido (2008) acrescenta que foi no período militar que começaram as críticas como meio de ir contra o regime político brasileiro, pois passaram a identificar que o livro didático era suporte para ideologia oficial. Contudo, o autor destaca que pesquisadores que realizaram pesquisas a fim de denunciar a ideologia oficial nos livros didáticos, analisaram corretamente e encontraram até mesmo em material considerado crítico. Zabala (1998) declara que “certamente, estas críticas têm bastante sentido, mas não supõem que seja impossível a existência e o uso de outros materiais que não cometem os erros dos livros didáticos” (p.175). Munakata (2003<sup>17</sup>) apud Darido (2008) “aponta que existem muitos inconvenientes nesta abordagem, pois a ideologia está em toda a parte e não só nos livros didáticos” (p.392). Nesse sentido, pode-se dizer que todos os livros estão sujeitos a ter ideologias.

Outras críticas apontavam um modelo de livro estritamente transmissor e do uso do livro como único manual de ensino. Também criticavam que os livros didáticos não contemplavam ideias diversas de conteúdos, mas transmitiam os interesses de uma ideologia e de uma cultura e defendiam interesses políticos, e ainda que as informações eram apresentadas como acabadas, sendo assim

---

<sup>16</sup> idem nota 1

<sup>17</sup> MUNAKATA, Kazumi. Investigações acerca dos livros escolares no Brasil: das idéias à materialidade. *In*: Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana. São Luis. **Anais** do Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana, 2003.

não se podia fazer comparações (ZABALA, 1998). Vale lembrar que na época as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) não estavam presentes nas práticas docentes, o livro didático se tornava, na maioria das vezes, a única fonte de informação.

Zabala (1998) destaca, ainda, que ao criticarem a metodologia baseada na transmissão de conteúdo abordada nos livros didáticos, argumentavam os seguintes aspectos: os alunos são passivos, não participam, pois as propostas não contemplavam uma aproximação com a realidade, com as experiências e expectativas dos alunos, tampouco com o ritmo de aprendizagem de maneira individual, mas coletiva, buscam a uniformização pela memorização mecânica. e isso limita a criatividade e a formação crítica.

Contudo, mesmo diante das melhorias nos livros didáticos, Camargo (2015) relata que a educação brasileira continuava alvo de críticas de todos os envolvidos em relação aos métodos, conteúdos e objetivos do “[...] sistema de aula baseado na exposição do professor ou alicerçado majoritariamente no livro didático” (CAMARGO, MOLL, 2015, n.p.), que por ser conteudista e desconectado da realidade dos alunos, invés de atrair eles para escola tem causado evasão e repetência. Isso vem ao encontro do que Batista (2004) afirma sobre os livros e os textos, por si mesmos não mudam as pessoas nem suas práticas (BATISTA, 2004 apud SIMÕES, 2012, p. 2).

Segundo Darido (2008), as críticas não se restringiram aos livros didáticos, mesmo sem analisarem o livro didático, criticavam os professores que adotavam livros didáticos. Estes eram considerados incompetentes, mal formados e, nesse sentido, propagaram-se discursos “[...] convocando os professores a abandonar essas ‘muletas’ em nome de uma educação mais criativa, crítica e reflexiva [...]” (MUNAKATA<sup>18</sup>, 2003, apud DARIDO, 2008, p. 392).

Silva, (2012) constatou em sua pesquisa que realmente a má formação e mais as más condições de trabalho dos professores fazem com que o livro didático passe a orientar e conduzir suas práticas. “Nesse sentido, ele acaba sendo também o grande responsável pela informação e formação dos professores” (SILVA, (2012, p.807). O autor aponta que o próprio estado

---

<sup>18</sup> 3. idem nota 15

reconheceu as más condições de trabalho do professor ser motivo de ter o livro como único material de ensino. Como consta na descrição na história dos nos Parâmetros Curriculares Nacional (PCN):

O ambiente da sala de aula, o número excessivo de alunos por turma, a quantidade de classes assumidas pelos professores e os controles administrativos assumidos no espaço escolar contribuem para [...] adoção ou aceitação de um livro, ou uma apostila, como únicos materiais didáticos utilizados para o ensino. (BRASIL, 1998, p. 79).

Para Zabala (1998) as críticas são fundamentadas, elas “[...] nos permitem observar e nos orientar nas características dos materiais curriculares para os alunos” (p.175). Ou seja, os professores conhecendo as distintas características dos livros didáticos considerados ruins ou bons podem fazer uma melhor escolha, e até mesmo, usar os livros considerados ruins, conforme declaram Carneiro, Santos e Mól (2005)

[...]a questão sobre livro não pode ser colocada de forma radicalizada, mas em termos de uso que se faz desse tipo de material curricular. Por exemplo, um livro considerado ruim pode ser um excelente ponto de partida para as discussões em sala de aula (p. 105).

Tal aspecto está em acordo com Zabala (1998) ao afirmar que o livro didático não deve ser o único material, o professor deve ter presente uma grande variedade de material específico para cada tipo de conteúdo, e uma variedade que possa contemplar as necessidades particulares dos alunos.

Por isso é conveniente contar com materiais distintos, que desde a abordagens e pontos de vistas distintos, permitam cumprir as diferentes fases do desenvolvimento das unidades didáticas e atender às demandas específicas de cada uma das fases que as compõem. Tanto a motivação como a pesquisa bibliográfica, a comparação de opiniões, a definição de conclusões, a generalização, a memorização, etc. (ZABALA, 1998, p. 190).

O livro didático é um assunto polêmico que acaba ocorrendo divergência do seu papel. Ainda há uns professores consideram-no um obstáculo para aprendizagens e outros fundamentais. Além de gerar posições radicais entre os professores, alunos e pesquisadores. “O uso e a posse do livro didático inserem-se, assim, em uma teia de relações e representações e representações sociais” (BITTENCOURT, 1993, p.2). Munakata (2003<sup>19</sup>), apud

---

<sup>19</sup> idem nota 15

Darido (2008) traz uma reflexão relevante para atualidade em relação às críticas de ideologias do livro didático:

[...] o livro didático não é um portal que se abre para que o leitor possa colher idéias [sic] perfeitas ou ideologias, e sim um objeto educacional a ser manipulado pelo professor e alunos. **Já está distante o tempo em que se combatia o livro didático da mesma maneira que se combatia a ditadura militar**, atualmente é possível compreender este material como um elemento construtivo do currículo escolar, no qual é necessário buscar uma compreensão a partir de sua materialidade e historicidade (p.393, grifo nosso).

Nesse sentido, é importante antes de criticar ou consagrar o livro didático conhecer a materialidade e, principalmente, as potencialidades que ele tem. Como já supracitado, esse objeto tem ‘muitas facetas’ que foi mudando ao longo dos anos. Silva (2012) destaca que “[...] com o início do processo de redemocratização brasileira em 1985, o MEC instituiu o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)” (p.810), esse programa traz diversas mudanças, significativas na aquisição e distribuição do livro didático, que gradativamente foram implementadas.

Bittencourt (2019) em entrevista, afirma que com o PNLD, o Ministério da Educação (MEC) passou a questionar a falta de qualidade do livro didático com medidas de avaliação sistemáticas e contínuas. E entre 1985 a 1995 foram chamados avaliadores de várias áreas, os quais começam a constatar uma quantidade de erros, informações ultrapassadas, erros conceituais muito sérios.

Batista (2001) relata que a partir de então, o MEC formou comissões de profissionais especializados por áreas para criarem os critérios de avaliação. O autor também relata que entre os critérios têm aqueles de eliminação, ou seja, o que os livros didáticos não poderiam ter, tais como: erros de conteúdos e conceituais, e qualquer tipo de preconceito ou discriminações. Também foi acordado critérios para ser analisado em relação às

com qualidades editoriais e gráficas, que não se destinassem, ao mesmo tempo, a mais de uma disciplina ou série do ensino fundamental e que não exigissem a compra de outros volumes ou satélites, como cartazes, cadernos de atividades ou de jogos, etc. [...] definiram-se, como critérios comuns de análise, a adequação didática e pedagógica, a qualidade editorial e gráfica, a pertinência do manual do professor para uma correta utilização do livro didático e para a atualização do docente (BATISTA, 2001, p.13).

Mesmo com mudanças que foram ocorrendo gradativamente, nos primeiros anos da criação do PNLD diversas polêmicas sobre a qualidade dos livros didáticos ocuparam espaços em vários meios de comunicação. Havia livros que os pais consideraram inapropriados para os adolescentes, outros que “[...] continham histórias em quadrinhos com palavrões, conotação sexual e que supostamente faziam menções à [sic] facções criminosas” (SILVA, 2012, p. 804). Esses são uns exemplos que aguçaram as polêmicas.

Diante da repercussão nas mídias, surgiram outras polêmicas: entrada do capital estrangeiro no campo editorial, suposta partidarização, negociações do governo federal (PNLD) com as editoras. Nesse sentido, os sujeitos envolvidos diretamente ou não com o livro didático “[...] atribuíram um *status* bastante significativo ao livro didático que justifica a vigilância e questionamentos ao conteúdo deste instrumento didático/pedagógico” (SILVA, 2012, p. 805).

O PNLD, por sua vez, progressivamente se esforçou em melhorar a qualidade dos livros, através das avaliações recomendava ou excluía. A ocorrência de avaliação por parte do programa permitiu a participação de novas editoras e a inscrição de novos títulos, constatando então impactos positivos no campo da produção editorial, outro ponto positivo foi que os professores passaram a solicitar livros bem mais qualificados (BATISTA, 2001).

No entanto, Silva (2012) declara que aqueles, os quais consagraram o livro didático, não perguntaram a opinião dos professores e nem tampouco em suas discussões perguntaram: “[...] como o livro é utilizado em sala de aula.” (SILVA, 2012, p.805). Antes das polêmicas, outros autores já vinham questionando sobre as poucas pesquisas sobre o livro didático e seu uso no cotidiano na sala de aula, e sobre as opiniões dos professores e alunos sobre o uso do livro didático (CARNEIRO; SANTOS; MÓL, 2005).

O livro didático, que foi foco nos meios de comunicação, teve elevado seu *status*, conforme supracitado, e de acordo com Silva (2012) o PNLD se consolidou enquanto uma política de estado se manteve aperfeiçoando e tornando acessível o livro didático a maioria dos estudantes das escolas públicas. E as editoras e autores, por entenderem ser um bom negócio vender livros para o governo, para o PNLD, ao longo dos anos, procuraram adaptar os

livros em relação às mudanças de paradigmas, causadas por diversos fatores. E, também, procuram adaptar os livros às reais necessidades dos professores com pouca formação. Nesse sentido, reforçou a fetichização do livro didático, que

Além de consagrado em nossa cultura escolar, o livro didático tem assumido a primazia entre os recursos didáticos utilizados na grande maioria das salas de aula do Ensino Básico. Impulsionados por inúmeras situações adversas, grande parte dos professores brasileiros o transformaram no principal ou, até mesmo, o único instrumento a auxiliar o trabalho nas salas de aula. (SILVA, 2012, p.806).

Para o autor, parece que o estado brasileiro incorporou as representações sociais. Assim é consumada a consagração do livro didático sem perguntar àqueles mais envolvidos, já que as discussões repercutidas na imprensa se deram em torno do conteúdo e da qualidade dos livros didáticos adotados e não em relação às “[...] condições concretas sob as quais estes materiais são utilizados por professores e alunos [...]” (SILVA, 2012, p. 817).

É importante reconhecer que após a redemocratização e conseqüentemente a criação do PNLD houve melhoras gradativas em relação a produção e a distribuição do livro didáticos. As polêmicas na imprensa contribuíram na perspectiva de melhoras na qualidade e conteúdo dos livros didáticos, à medida que se tornou fiscalizadora do próprio Estado. Contudo, como mencionado acima, as discussões devem ser nas condições concretas, ou seja, no âmbito das práticas no contexto das distintas realidades educacionais, culturais e econômicas, ali onde se encontram os consumidores finais deste artefato tão complexo da indústria cultural e da cultura escolar. Pode-se dizer então, o quão importante é que a imprensa e a sociedade busque um meio de criar instrumentos de controle que garantam a melhoria constante da qualidade do livro didático, e além disso, a promoção do aperfeiçoamento da formação docente.

## 5 LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD

Segundo o FNDE<sup>20</sup>, para receber os livros didáticos do PNLD, as escolas públicas das distintas redes (federal, municipal e estadual) precisam aderir previamente ao programa. A escolha do livro didático é feita no ano anterior ao seu uso, em períodos alternados, cada nível do ensino público é atendido pelo programa a cada quatro anos. As editoras se inscrevem para participar de acordo com os editais definidos pelo FNDE. As obras inscritas passam por triagens que avaliam as exigências apontadas pelo edital. Depois são encaminhadas para a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), responsável pelas avaliações pedagógicas, para a escolha de especialistas que fazem a avaliação das coleções em conformidade com o edital. Desta avaliação são geradas resenhas<sup>21</sup> críticas que compõem o guia do livro didático que traz orientações para as escolas em relação aos livros a serem adotados.

Para ajudar nessa escolha, diversas resenhas foram escritas, com o intuito de apresentar não apenas a estrutura que forma cada obra didática, mas também seus conteúdos, princípios, fundamentos teóricos e suas propostas de atividades e avaliação (GUIA DIGITAL, 2019<sup>22</sup>).

Diretores e professores, após analisarem os guias dos livros ou os materiais impressos enviados às escolas, escolhem o material (livros de todas as disciplinas) que a escola deseja receber, de acordo com os modelos de escolhas possíveis optados pelas redes de ensino. A mudança na escolha tem sido alvo de críticas por restringir a liberdade de escolha dos professores. O Guia Digital do PNLD/2019 traz a seguinte recomendação em relação às escolhas:

É importante observar que, mesmo no caso da criação de grupos de escolas ou de adoção de material único para toda rede de ensino, os professores continuarão participando da escolha e o material a ser distribuído será o mais escolhido pelas escolas (GUIA DIGITAL, 2019<sup>23</sup>).

---

<sup>20</sup> Funcionamento. FNDE. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/funcionamento>. Acesso em 25 jul. 2022.

<sup>21</sup> Nas resenhas dos livros didáticos, as informações são organizadas e sistematizadas, apresentam aspectos, tais como: título, autor, gênero, ano/série, entre outras, e na sequência são apresentadas as seguintes seções: Visão Geral descrição da Obra, Análise da Obra e Em Sala de Aula.

<sup>22</sup> ESCOLHA. GUIA DIGITAL PNLD/2019. Disponível em [https://pnld.nees.ufal.br/pnld\\_2019/escolha](https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2019/escolha). Acesso em 25 jul. 2022.

<sup>23</sup> idem nota 21



O discurso que consta nos documentos relacionados a escolha dos livros didáticos aponta para um processo democrático. Por exemplo, no Guia do Livro do PNLD/2002 tem a seguinte definição: "[...] instrumento de participação de milhares de professores na definição do material a ser adquirido pelo Ministério e utilizado por alunos e educadores nas escolas públicas brasileiras (BRASIL, 2001, p.10). Já no processo seguinte ao decreto de 2017, no guia do livro do PNLD/2019, fica evidente que a liberdade de escolha dos professores vai depender das escolas e da rede de ensino.

Compete às escolas e às redes de ensino garantir que o corpo docente da escola participe do processo de escolha de modo democrático. Para registrar a participação dos professores e dar transparência ao processo, a decisão sobre a escolha das coleções deve ser documentada por meio da Ata de Escolha de Livro Didáticos (BRASIL, 2018, p.14).

Enfim, os professores, mesmo diante dos entraves da liberdade de escolha do livro didático, devem buscar a consolidação do processo democrático, a fim de que o livro que chegará à escola seja “adequado ao projeto político-pedagógico da escola; ao aluno e professor; e à realidade sociocultural das instituições” (MEC<sup>24</sup>). Além desses critérios de escolha é importante que cada professor tenha pré-estabelecido seus critérios e decidam de maneira crítica e reflexiva em debate com os demais envolvidos.

Os critérios de escolha do livro didático de cada professor são diversos e distintos, se pode entender que é possível que amplie o seu olhar crítico para outros aspectos. Contudo, destacam-se dois critérios que podem ser fundamentais para a escolha. Um dos critérios de escolha do livro didático deve ser a metodologia que o livro apresenta, conforme afirma Weber (2021) a metodologia pode ser distinta de livro para livro e, sendo assim, o professor precisa observar os livros e compreender o modo como ele aborda e propõe ações a partir de seus conteúdos. Ao escolher uma metodologia, esta deve superar aquelas tradicionais, ou seja, uma que introduza o conteúdo de modo dialético, conforme Bittencourt (2019) fala em entrevista. A autora afirma que na metodologia dialética as respostas das perguntas não são decoradas, é preciso resolver o problema, levantar hipóteses, e isso faz com que os alunos

---

<sup>24</sup> Escolha do livro didático. MEC. Ministério da Educação. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/pnld/index.php?option=com\\_content&view=article&id=index.php?option=com\\_content&view=article&id=13658](http://portal.mec.gov.br/pnld/index.php?option=com_content&view=article&id=index.php?option=com_content&view=article&id=13658). Acesso em: 26 jul. 2022.

desenvolvam o raciocínio efetivamente. Trentin e Alves (2002) afirmam que a metodologia tradicional mantém as pessoas em situação de dependência, enquanto que a dialética impulsiona para a libertação.

Outro critério fundamental refere-se aos conteúdos abordados nos livros didáticos. É preciso olhar criticamente pelo fato de que a produção do livro didático envolve diversas editoras, autores e também pode sofrer interferências de governos, enfim “[...] os livros têm a chance de não serem neutros em alguns aspectos. Ou seja, pode haver um ponto de vista ou mais interesse em determinados conteúdos que podem ser enfatizados em detrimento de outros nas produções” (WEBER, 2021, p.10).

Diante da complexidade que envolve esse objeto da cultura e da indústria cultural, ao escolher o livro didático é importante ter critérios preestabelecidos e observar, principalmente, a metodologia e os conteúdos de maneira crítica e reflexiva. Visando, assim, uma seleção de uma obra na qual tanto os conteúdos quanto a sua forma de abordagem favoreçam processos de ensino e aprendizagem significativos. Espera-se que, um livro didático incentive a relação entre professor e alunos, assim como com o objeto do conhecimento, de forma contextualizada com seus cotidianos, com suas vivências, suas culturas, para que ambos possam construir conhecimento não só da leitura do livro, mas do mundo, das vivências de cada um, num processo dialético com liberdade de expressão.

## 6 ESCOLHA E USO DOS LIVROS DIDÁTICOS

Para compreender a escolha e o uso do livro didático na prática docente, foi elaborado um questionário com o uso do Google Forms e, posteriormente, enviado para professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental de várias escolas públicas. A escolha por este público está relacionada a atuação do profissional com formação em Pedagogia. Todos os professores respondentes assinaram o termo de consentimento, conforme modelo no apêndice. Apesar de ser enviado para um número de professores considerável, somente quatro foram os respondentes desta pesquisa. Antes de apresentar as respostas específicas desse estudo, as quais pretende responder a questão supracitada, destaco primeiramente o perfil dos respondentes.

Com relação a idade

Entre 30 a 40 anos	3
Acima de 50 anos	1

Com relação a última formação

Especialização	3
Mestrado	1

Com relação ao último ano da formação

2022	1
2021	1
2008	1
2020	1

Com relação há quantos atuam como docente

10 anos	1
15 anos	2
30 anos	1

Com relação a cidade de atuação docente

Viamão	1
Capivari do sul	2
Tramandaí	1

Com relação ao âmbito da instituição de atuação

Federal	0
Estadual	0
Municipal	4

Com relação à faixa etária de atuação docente

Primeiro ano	2
Segundo ano	1
Terceiro ano	1
Quarto ano	0
Quinto ano	0

A seguir serão apresentadas as perguntas e as respostas das professoras (todos respondentes são do gênero feminino). Os nomes delas foram substituídos por pseudônimos, para garantir o anonimato, e identifica da seguinte maneira: professora 1, professora 2, professora 3 e professora 4.

**Questão** A escola onde você atua recebe livros distribuídos pelo PNLD?

Todas as professoras responderam que as escolas recebem os livros didáticos pelo PNLD, isso reporta para a universalização do livro didático que retornou gradativamente no ano de 1995, como também supracitado a distribuição de milhões de livros didáticos em 2017, realmente confirma-se que se trata de um programa de largo alcance. Oliveira e Gonçalves (2021) declaram que “atualmente o PNLD figura como um dos maiores programas do mundo quando se refere à distribuição e aquisição de livros didáticos, tornando-o assim uma política pública com dimensões grandiosas” (p.394). Contudo, vale lembrar que as escolas ou redes não são obrigadas a integrar o PNLD.

**Questão** Descreva brevemente como ocorre a escolha dos livros didáticos na escola onde atua.

Observou-se que as respostas foram bem sucintas e, nelas, se destaca a resposta da professora 3 que respondeu que a escolha dos livros didáticos na instituição na qual atua é feita em conjunto com os demais professores. Chamou a atenção o fato da professora 3 não ter o conhecimento de como ocorrem as escolhas dos livros didáticos. Não foi apontado o motivo da falta de conhecimento da professora, e esta resposta pode ter diversos significados. Contudo, o que foi apontado no referencial teórico sobre ser da competência da escola e/ou a rede de ensino fazer o processo de escolha do livro didático de modo transparente e garantir a participação democrática do corpo docente. E mais, nas orientações gerais do PNLD 2020 apontam para a responsabilidade do professor(a) em conferir “[...] se a escolha foi realizada democraticamente pela equipe docente e protocolada em ata (ou outro documento) corresponde às coleções registradas no sistema, observando o Comprovante de Escolha” (FNDE<sup>25</sup>, p.6).

A professora 1 respondeu que, na rede na qual atua, a mantenedora orienta que a escolha das coleções seja única para toda a rede. Isto, chama a atenção para os apontamentos dos críticos, citados no referencial, sobre a restrição da liberdade de escolha dos professores e da escola que ocorreu com a mudança a partir do decreto nº 9.099/2017. Na teoria o processo de escolha

---

<sup>25</sup> Orientações gerais para a escolha. Guia PNLD 2020. FNDE. Fundo Nacional do Desenvolvimento. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-pnld/item/13410-guia-pnld-2020>. Acesso em 01 ago. 2022.

deveria ser democrático, o FNDE considera essa mudança uma inovação, pois o referido decreto traz a “[...] possibilidade de as redes de ensino, **em conjunto com as escolas**, decidirem pela unificação ou não dos materiais que serão distribuídos pelo FNDE (FNDE<sup>26</sup>, grifo autor), mas na prática nem sempre acontece, conforme supracitado por Bittencourt (2019). A outra professora não apresentou resposta que condiz com a pergunta.

**Questão** Quem participa da escolha das obras disponibilizadas pelo PNLD na escola onde atua? (diretor, equipe pedagógica, professor, outros).

As respostas desta questão foram objetivas e nas respostas, duas professoras responderam que a escolha é feita pela direção, equipe pedagógica e professor. Uma delas respondeu que o professor faz a escolha e a outra respondeu que outros escolhem os livros sem que tenha dito a quem se refere o “outros”.

Observa-se que não há unanimidade nas escolas em relação a todos os atores que participam das escolhas das obras disponibilizadas pelo PNLD. O MEC orienta que é “[...] tarefa de professores e equipe pedagógica analisar as resenhas contidas no guia para escolher adequadamente os livros a serem utilizados” (MEC<sup>27</sup>). Mas, enfim, a participação das instituições nas escolhas se trata de uma conquista que ocorreu a partir de 1996, e para que não ocorra o risco de sofrer alterações, como já ocorreu em 2017, conforme apontado no referencial, cabe aos professores buscar meios de participar, efetivamente, desta ação.

**Questão** Descreva, brevemente, que ações você realiza para a escolha dos livros didáticos que serão adotados para sua turma.

Dentre as respostas da questão, uma professora mencionou sobre uma análise e comparação coletiva dos livros didáticos de acordo com os parâmetros da BNCC, todavia não foi apontado os atores dessa ação. Mesmo antes da homologação definitiva da BNCC, os livros didáticos elaborados para o PNLD 2019 deveriam estar alinhados a ela, conforme o Edital de Convocação XX/201X - CGPLI (MEC, 2017), o qual traz o seguinte

---

<sup>26</sup> idem nota 24

<sup>27</sup> idem nota 23

A avaliação objetiva ainda garantir que os materiais propiciem, na educação infantil, o alcance dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e, nos anos iniciais do ensino fundamental, o desenvolvimento das competências e habilidades envolvidas no processo de aprendizagem, conforme definidas no Anexo III-A, que corresponde à versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enviada ao Conselho Nacional de Educação pelo MEC em abril de 2017 (p.24).

Apesar de ser um dos critérios analisados pelos avaliadores, é relevante que aqueles que farão uso desta ferramenta, em especial os professores, analisem e comparem os livros didáticos com a BNCC. Outras professoras descreveram que analisam os conteúdos e as atividades presentes nos livros didáticos e se estas são contextualizadas com o contexto e a realidade de aprendizagem dos alunos, assim como a abordagem desses conteúdos e atividades, ou seja, a metodologia. Como supracitado, a metodologia e os conteúdos são dois critérios fundamentais na hora da escolha dos livros didáticos. A metodologia por ser distintas nos livros didáticos é preciso que o professor compreenda a abordagem dos conteúdos e atividades. Um aspecto interessante, trazido pelas professoras é a respeito da contextualização do livro e a realidade do aluno. Sobre isso, atenta-se que o livro, por ser elaborado em nível nacional, nem sempre dá conta de apresentar as distintas realidades brasileiras. Sob este aspecto, é fundamental a atuação do docente ao conduzir e criar ações que relacionem recurso didático e realidade dos alunos.

**Questão** Cite alguns, pelo menos 2, critérios que você considera fundamentais para a escolha do livro didático.

As respostas de duas das professoras apontaram a questão dos livros didáticos estarem contextualizados com o contexto da comunidade e região. Outra relatou que considera fundamental que os livros didáticos estejam alinhados com a BNCC e que as atividades sejam lúdicas e além disso, que a apresentação em relação às cores e o tipo de letras, e outra professora apontou como critério que o livro didático tenha embasamento pedagógico e didático.

Chama atenção o comentário da professora que considera o uso das cores e tipos de letras, percebe-se que pode haver uma preocupação com o processo de alfabetização. Afinal, livros do primeiro ano escolar, por exemplo, fazem uso de letras maiúsculas. Com relação à contextualização regional, por muito tempo os livros didáticos passaram por críticas por não contemplar a

diversidade, as propostas não contemplavam uma aproximação com a realidade, com as experiências e expectativas dos alunos, e por ter uma metodologia baseada na transmissão de conteúdos, entre outras críticas fundamentadas. Diante da diversidade cultural brasileira apresentar livros em nível nacional que contextualizam as regionalidades é um desafio, neste sentido, talvez fazer esta contextualização seja uma ação que caiba ao professor.

Com o tempo, a qualidade dos livros didáticos foi melhorando e, entre elas, está a qualidade gráfica e editorial e a adequação didática e pedagógica, ambos critérios apontados pelas respondentes. Atentar para isso é necessário, contudo, é fundamental que o docente tenha atenção principal no que concerne às metodologias e adequação ao contexto de utilização. Nesse sentido, Munakata (2012) declara que “não basta, porém, que o livro seja aprovado pelos avaliadores; é preciso que seja efetivamente escolhido pelos professores” (p.62). De acordo com Beltrán et. al

A seleção dos livros didáticos a serem utilizados constitui uma tarefa de importância vital para uma boa aprendizagem dos alunos. Por isso, a importância de procurar critérios específicos para os contextos dados, que possibilitem ao professor participar na avaliação dos livros didáticos. Geralmente os critérios estabelecidos, são gerados em diferentes instâncias de análises, das quais os professores, como coletivos, representam a instância que deve tomar as decisões mais apropriadas, pensando no alunado com as quais trabalham (2003, p.3).

Em suma, todo processo que envolve o livro didático distribuído pelo PNLD só será eficaz se o resultado for uma boa aprendizagem dos alunos, e quem conhece o contexto do alunado é o professor, se este não estabelecer critérios para escolher o livro didático neste fim o resultado será comprometido.

**Questão** De que modo o guia encaminhado pelo PNLD para a escolha de livros te auxilia na sua decisão?

Quanto o guia auxiliar nas escolhas e decisão, uma respondeu que pouco auxilia, outra que geralmente ela não utiliza o guia, e somente uma professora respondeu que utiliza o guia e que faz suas escolhas baseadas na resenha dos avaliadores e também analisa as atividades, e outra professora apontou que as editoras vão até a escola e apresentam a coleção.



O guia do livro didático, como supracitado, constitui um documento importante e um instrumento de participação de milhares de professores para a efetivação da escolha devido às resenhas e as informações que apresentam. Todavia, entende-se que por mais que a avaliação dos especialistas seja um processo detalhado e criterioso contém somente uma síntese dos livros e coleções, e sendo assim é importante também analisar o livro em si, eles são disponibilizados integralmente no período de registro e escolhas no guia do PNLD digital, podendo assim os professores analisarem de acordo com seus critérios, conforme fez uma das professoras que mencionou que analisa as atividades.

**Questão** A turma na qual atua utiliza livro didático enviado pelo PNLD? Você considera que o livro didático auxilia mais o docente no processo de ensino ou o aluno no processo de aprendizagem? Porque?

Apenas uma professora respondeu que utiliza os livros didáticos enviados pelo PNLD. E em resposta à segunda questão, a professora aponta que o livro didático auxilia tanto o aluno quanto o professor

Sim, é um recurso visual que propicia ao aluno um contato com o conteúdo partindo de um material colorido, bonito e na maioria das vezes consumível e de qualidade. Auxilia o professor na organização de seus planejamentos, pois a proposta vem organizada em uma sequência lógica e coerente (professora 1).

As demais professoras marcaram que não utilizam os livros enviados pelo PNLD, todavia fica subentendido que utilizam outros livros didáticos, aqueles disponibilizados pelo PNLD em outros anos ou adquiridos de outra forma, pois em relação à segunda questão consideram que o livro didático é um auxiliar do docente nas pesquisas para as aulas e dependendo do livro auxilia na seleção de atividades. Somente uma das professoras considera desnecessário o livro didático no processo de aprendizagem do aluno.

Na primeira questão não foi solicitado o porquê de não utilizarem o livro didático oficial enviado pelo PNLD, mas a junção das respostas de ambas questões confirma o referencial de que o livro didático é um assunto polêmico, ou seja, há aqueles professores que consideram um obstáculo para as aprendizagens e outros que consideram fundamental. Além disso, há diferentes posições entre os pesquisadores. Muitos não só apontam críticas, mas reconhecem a contribuição do PNLD para a prática docente e como uma

política pública de equalização e também reconhecem a importância do livro didático como uma ferramenta no processo ensino-aprendizagem, claro que salvo de algumas ressalvas, mas em suma eles reconhecem suas potencialidades e limitações, e concordo com seus argumentos, pois somente complementam aquilo que aprendi de forma crítica e reflexiva numa disciplina do curso de Licenciatura em Pedagogia.

**Questão** Em quais momentos de sua prática docente você utiliza o livro didático, antes, durante e/ou nas ações após a aula com os alunos? Explique em qual ou quais momentos e como, para quê os utiliza.

Para esta questão, três professoras responderam que o uso do livro é utilizado para pesquisa, destas, uma delas complementou que faz uso para o planejamento. Uma professora afirmou não compreender a questão e não respondeu. Este modo de utilização do livro didático é bastante comum entre os professores e, por vezes, uma ação delicada visto pode se tornar a ferramenta principal do planejamento, não apenas como forma de buscar conteúdos didatizados, mas como forma de criar um currículo, usando os conteúdos e a sequência apresentada no livro como referência para a sua organização anual.

**Questão** Que recursos você utiliza para elaborar o planejamento anual? (Documentos legais - BNCC, referenciais curriculares, etc.-; Conteúdos do livro didático; Propostas e demandas advindas da coordenação escolar; Demandas e propostas advindas dos alunos; Temas e conteúdos de seu interesse; Outros).

Para esta questão, foram elencadas algumas alternativas de resposta e foram obtidos os seguintes resultados: a professora 1 foi a única que marcou o livro didático, e além dele os documentos legais e as demandas e propostas advindas dos alunos. A professora 2 só não marcou o livro didático e as propostas advindas dos alunos, já a professora 3 marcou só outros, e a professora 4 também não marcou o livro didático, e além dele não marcou as propostas e demandas advindas da coordenação escolar. O livro didático não representa um recurso presente no planejamento anual da maioria das professoras, isso sugere que esse recurso didático não é um instrumento que influencia as tomadas de decisões dos professores assim como a BNCC e

outros documentos legais, já no planejamento das aulas diárias ele está mais presente, de acordo com outras respostas relativas a outras questões.

**Questão** Com que frequência você utiliza o livro didático em suas aulas, com os alunos?

Para esta questão também foram elencadas possibilidades de resposta e,obteve o seguinte resultado: uma professora utiliza o livro didático todos os dias, duas delas utilizam raramente e a outra professora nunca utiliza. Neste contexto, pode-se dizer que diferente do que os autores citados anteriormente afirmam, o livro didático não é uma prioridade nas salas de aula destas professoras.

**Questão** Como você utiliza o livro com os alunos?

Para esta questão, algumas alternativas de resposta foram dadas, e três professoras marcaram que utilizam os livros com os alunos de acordo com o tema trabalhado, independente da ordem. As respostas das professoras podem sugerir que o livro didático lhes auxiliam como fonte de pesquisa e não como orientador e condutor das práticas docentes, pois como supracitado Silva (2012) constatou em sua pesquisa que professores com má formação e más condições de trabalho faz com que o livro didático passe a orientar e conduzir suas práticas, nesse caso usariam o livro didático numa ordem sequencial sugerida pelo livro.

**Questão** Sobre o uso de livros didáticos na faixa etária em que atua, você considera: fundamental, interessante, desnecessário ou não deveria ser utilizado. Por que?

Para esta questão, a maioria das professoras respondeu considerar o uso do livro didático na faixa etária em que atua fundamental e interessante e, justificam dizendo que: “tem muita coisa boa” (professora 3 ); “pois temos uma opção a mais de atividades “ (professora 4), e também porque “eles aprendem com o livro sobre organização e por não terem desenvolvido atividades de copiar esse recurso facilita em muito o trabalho” (professora 1). Outra professora respondeu que o livro didático na faixa etária onde atua é desnecessário, e o considera um “gasto de dinheiro público”

Tais respostas vem ao encontro do referencial que apresenta as contradições desse recurso didático tão polêmico. O livro didático está inserido numa teia de relações e representações sociais como apontam Bittencourt (1993) e Munakata (2012) ao falarem do livro didático na sua materialidade como uma mercadoria e, como isso implica em investimentos financeiros por parte do governo. Bittencourt (2019) em entrevista relata a importância do livro didático diante da realidade brasileira e afirma que ele “[...] é, historicamente, um grande auxiliador da própria construção do conhecimento escolar”. Os autores supracitados, apontam as relações que são feitas a partir dos livros didáticos, contudo, reconhecem, também, seus potenciais no contexto escolar.

**Questão** Descreva as desvantagens que você considera no uso de livros didáticos na atuação docente e porquê?

Entre as respostas das professoras em relação a essa questão, uma professora respondeu que acredita “que seguir fielmente a proposta do livro didático unicamente engessa a prática pedagógica” (professora 2). A resposta da professora vem ao encontro do já supracitado que o livro didático não deve ser o único material a ser usado pelo professor, mas diversos. E como mencionado no referencial, o professor ao utilizar um recurso didático precisa refletir sobre sua concepção político - pedagógica e saber usar diferentes recursos e estratégias para motivar e potencializar o processo ensino-aprendizagem dos alunos.

Uma professora considerou desvantagem o fato do livro didático ter alguns conteúdos que não são interessantes, outra apontou a descontextualização com a realidade, já apontado na resposta na questão sobre os critérios de escolha. A professora 2 que descreveu o seguinte: "Gasto para produção. Mercantilização da educação. Reprodução de realidades estereotipadas". Esta professora, mais uma vez, refere-se ao livro didático como um gasto de verba pública e aos processos mercadológicos e, portanto, parece não perceber o potencial deste produto. Segundo Zabala (1998) os críticos do século passado apontavam sobre a reprodução de estereótipos culturais, contudo como supracitado, para o autor a questão está em não utilizar o livro didático como um único material, mas uma grande variedade de recursos, e atualmente temos a internet que é potente para pesquisa de conteúdos além do livro didático e também de outros recursos para facilitar a

prática docente. Munakata (2012), depois de apontar críticas ao livro didático na sua materialidade levanta uma questão: “No final desse processo, o que os professores (e os alunos) fazem com essa mercadoria?” (p.62, 63) O autor conclui que diante de tantas críticas de ideologia ou por ser um produto da indústria cultural trazendo a advertência de Chartier (1990) “[...] uma coisa é a ortodoxia que o editor e o autor pretendem impor à leitura de sua obra; outra é a liberdade de apropriação que dispõe o leitor” (CHARTIER<sup>28</sup>, 1990 apud MUNAKATA, 2012, 63).

Quanto aos gastos do dinheiro público Silva (2012) afirma que realmente a aquisição de livros didáticos pelo governo mediante configura-se num grande negócio e, por isso, o autor traz um alerta já que envolve muito dinheiro, que “[...] a sociedade e a imprensa fiscalizem e o próprio Estado aperfeiçoe os mecanismos que visam dar transparência a esse negócio” (SILVA, 2012, p. 817).

**Questão** Descreva as vantagens que você considera no uso de livros didáticos na atuação docente. Justifique sua resposta.

No que concerne às respostas dessa questão, duas professoras descreveram como vantagem o uso dos livros didáticos a praticidade, pois têm os conteúdos prontos, uma apontou como vantagem o uso o fato deles terem bons conteúdos e outra por ter mais uma opção de pesquisa para planejamento.

Pode-se considerar assertivas todas as respostas em relação às vantagens do livro didático se for utilizado na função de auxiliar da prática docente. Zabala (1998) em seu livro *Prática educativa* aponta vantagens na utilização dos livros didáticos, principalmente, ao trabalhar conteúdos exclusivamente conceituais.

Os livros didáticos por terem conteúdos prontos podem ser um apoio bastante significativo para a prática docente e para o aprendizado dos alunos, e, por isso,

---

<sup>28</sup> CHARTIER, R. Textos, impressos, leituras. *In* Chartier, R. A história cultural: entre práticas e representações: Algés: Difel, 1990.

as escolas usufruem desse material por ser de acesso prático para todos, pois possibilita desenvolver competências e habilidades de leitura, escrita e oralidade. Esse recurso didático traz conceitos, informações sobre linguagem e possibilita ao professor roteiros e estratégias pedagógicas de como proceder as aulas propostas pelo próprio LD no processo de interação dessas habilidades (SILVA; ALVES, 2021, p.2).

Então, além da praticidade, o livro didático possibilita planejamentos estratégicos, ou seja, um instrumento vantajoso para a pesquisa. Não é de agora que, diante da realidade brasileira, o livro didático tem servido de grande auxiliador da própria construção do conhecimento escolar, como afirma Bittencourt (2019). Mesmo diante da modernidade da era contemporânea, o livro didático distribuído pelo PNLD continua sendo um depositário do conhecimento relevante já permite a acessibilidade ao conhecimento a todos. E atualmente pode-se encontrar livros didáticos do PNLD de boa qualidade, já outros nem tanto. Sendo assim, necessita que antes de escolher sejam estabelecidos critérios que mais se aproximam do contexto escolar e da prática do docente.

**Questão** Você utiliza outros recursos, para além, como complemento aos livros didáticos? Cite quais?

Uma professora, afirmou não utilizar de outros recursos como complemento aos livros didáticos. As outras três docentes descreveram diversos recursos, principalmente relacionados às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), além disso, folhas impressas, cartazes, jogos e brincadeiras.

O livro didático é um dos recursos que pode servir como facilitadores no processo de ensino e aprendizagem, porém, não pode ser o único recurso a ser utilizado pelo professor. ZABALA (1998) ao apontar as vantagens dos livros didáticos para trabalhar conteúdos conceituais, mas já os “[...] conteúdos conceituais e procedimentais ao mesmo tempo, os materiais curriculares não podem se limitar ao livro didático” (p. 170). Ainda, segundo o autor, em conteúdos que são mais fundamentalmente para uma aula expositiva o livro didático pode ser útil, mas deve ser utilizado com outros recursos que contribuam na exposição, e ainda os conteúdos atitudinais “não existe nenhum tipo de suporte de material que contribua para vertebrar seu tratamento à exceção do uso de textos, vídeos ou outras montagens como provocadoras de

debates e para a comparação com o pensamento e a atuação de cada um” (ZABALA, 1998, p. 173).

A maioria das professoras descreveram a utilização de vários recursos, a diversidade de recursos contribuem para interação do professor-alunos e o objeto do conhecimento, e permite que professor e aluno sejam atuantes, ambos ativos, e assim ocorra uma aprendizagem significativa.

**Questão** Assim como o livro didático é disponibilizado um manual do professor, você considera ele importante? Porque?

Nessa questão todas responderam que consideram importante o manual do professor, porém em relação à segunda parte do enunciado a professora 2 não respondeu o porquê. As demais que responderam porque consideram importante o manual do professor, uma professora descreve o seguinte: “[...] pois nele há uma proposta de abordagem e direcionamento para a utilização do livro” (professora 1), a professora 3 menciona o fato do manual do professor já vir com as respostas, e a professora 4 considera importante, pois dá um embasamento ao conteúdo.

O manual do professor foi criado com a finalidade de orientar o professor a forma correta do uso do livro didático, conforme supracitado. Diferente do livro didático que é feito para o aluno, o manual do professor feito “[...] por outra especificidade, importante no meio escolar, e que o torna ‘elemento mediador de quem ensina e educa’, revelando saberes e práticas que constituem um modo de ensinar uma determinada disciplina” (SANTOS, 2007, p.19), e mais Silva (2012) sinaliza que

Cientes da ação formadora que os livros didáticos exercem, os pareceristas do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) têm dedicado atenção especial ao manual do professor. Este critério tem sido um ponto comum em todas as edições do Programa. Nas edições de 2005, 2008 e 2011, por exemplo, no Guia do Livro Didático afirma-se que o manual do professor não deve se restringir à mera apresentação das respostas prontas aos exercícios formulados na coleção. Os manuais devem apresentar os pressupostos teóricos e metodológicos da obra e servir como uma ferramenta auxiliar à reflexão e prática docentes (SILVA, 2012, p. 807).

As respostas das professoras sugerem que o manual é mais um auxiliar do que aquele que desempenha uma função central no processo educativo, seja o auxílio como orientador da abordagem proposta, um facilitador por

apresentar as respostas ou como aquele que traz embasamento para a prática docente.

**Questão** Qual você considera ser o papel do livro didático na educação escolar e na prática docente?

Uma das respostas não contempla o enunciado na questão, a professora 1 considera que o papel do livro didático é de suporte para a educação escolar e para prática docente, já a professora 2 considera que o livro didático não tem nenhum papel de relevância. Outra aponta o seguinte: “Diante do uso das tecnologias, acho que o livro deveria se reinventar” (professora 4). Chamou a atenção a resposta da professora 4 sobre o livro didático ter de se reinventar diante do uso das tecnologias, realmente o livro didático não tem se adaptado às novas tecnologias, apesar do MEC a partir de 2014 incluir na seleção de obras conteúdos digitais que oferecessem outras atividades, vídeos, simulados e ilustrações, nem todas as editoras dispuseram além de um livro digital igual a cópia impressa. Todavia, mesmo que produzissem livros digitais o seu uso depende do acesso precisa de conexão com a internet, a qual não é acessível em todos os lugares, escolas e moradias dos alunos, principalmente a população pobre, diante disso a importância do livro didático físico para a educação escolar.

No mais, somente uma das respostas vem ao encontro dos autores do referencial teórico, os quais consideram que o livro didático é um recurso que auxilia a prática educativa e também a educação escolar. O papel do livro didático como qualquer outro recurso didático é de auxiliar, mas para isso é necessário uma ação reflexiva em relação aos objetivos que deseja desenvolver nos alunos no processo de ensino aprendizagem e fazer um planejamento com embasamento teórico utilizando não só o livro didático e sim vários recursos para alcançar o objetivo proposto.



## 7 CONCLUSÃO

Para concluir este trabalho, é trazida a questão que mobilizou este estudo: descobrir de que forma docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental escolhem os livros didáticos disponibilizados pelo PNLD e, como os utilizam em suas práticas docentes? Como ressaltado no decorrer desse trabalho, a partir desse objetivo recorreu-se a teóricos que se debruçaram sobre este tema. Ainda, para compreender a relação dos professores com tais recursos, realizou-se um questionário que mesmo não tendo um alcance grande, possibilitou a compreensão acerca do modo como os professores compreendem e fazem uso do livro didático disponibilizado pelo PNLD.

Constatou-se que as escolhas dos livros didáticos pelas professoras não são uniformes em todos os aspectos que foram abordados a fim de compreender essa questão. Concluiu-se que em algumas instituições o docente tem papel mais ativo na escolha e, em outras, a administração da rede de ensino assume este papel de escolha dos livros didáticos que serão utilizados. Tal cenário traz dois contextos, em um deles uma uniformização nos conteúdos para a rede e, em outro, a possibilidade de o docente fazer a escolha de acordo com sua proposta curricular. De ambas as formas, partindo do entendimento de que o livro didático é apenas um dos recursos que podem integrar a ação docente, e não sendo o único e norteador das ações, não se limita a ação docente do professor, portanto, cabe a ele compreender que seu papel é mais importante na mediação de tais recursos e estabelecer relações com outros.

Ainda para responder a questão como escolhem o livro didático foi abordado o uso do guia didático, no qual consta uma síntese da avaliação com orientações e reflexões. Esse instrumento foi criado com intuito de efetivação das escolhas, contudo, percebeu-se que não representa, para a maioria das respondentes, um objeto auxiliar na hora da escolha dos livros didáticos.

Mesmo que nem todos os respondentes participem da escolha dos livros, ao serem questionados sobre quais critérios seriam fundamentais para sua escolha, a maioria apontou a contextualização das obras com a realidade e o contexto dos alunos, entre outros critérios relevantes para uma escolha mais adequada dos livros didáticos.

Tendo em conta o número pequeno de participantes, o que nos traz um panorama bem restrito, as respostas levam a reflexão e inquietação sobre como ocorrem os processos no país. Se em um pequeno contexto pode-se observar modos distintos de condução dos processos, quantos outros cenários podemos ter? E, mesmo que possa parecer antidemocrático, pode-se pensar que as diferenças culturais levam a distintos contextos e modos de pensar e, por consequência, modos distintos de lidar com as questões burocráticas também.

Com relação ao modo de utilização do livro didático disponibilizado pelo PNLD, o contato com as professoras apontou que somente uma professora faz uso do objeto diariamente. Outras docentes apontaram seu uso esporadicamente e na elaboração do planejamento. Desta forma, pode-se concluir que estas últimas, talvez compreendam que o livro seja um recurso complementar a outros, como defende Zabala (1998). Ainda chamou atenção, entre as respostas, o posicionamento de que o livro didático é desnecessário e considerado mal uso de verba pública. Evidente que os livros do PNLD são oriundos de verba pública e, portanto, ao serem solicitados devem ser utilizados do modo mais adequado para a proposta pedagógica.

Por fim, vale apontar que de modo geral, observou-se que os docentes têm compreendido o livro didático como um recurso para além da ação com o aluno, têm utilizado este objeto para além do momento na sala de aula. E, ainda, tem refletido sobre os efeitos de sua produção no contexto político brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR BARBOSA, Ana Clarisse; BUBLITZ, Kathia Regina; BARUFFI, Mônica Maria (ed.). Retrospectiva Histórica da Educação: Retrospectiva Histórica da Educação. *In*: UNIASSELVI (Brasil) (org.). **Didática e a formação do professor**. Brasil: Uniasselvi, [s.d]. cap. unid. 1, p. [n.p]. Disponível em: [https://livrodigital.uniasselvi.com.br/PED09\\_didatica\\_e\\_a\\_formacao\\_do\\_professor/unidade1.html?topico=1](https://livrodigital.uniasselvi.com.br/PED09_didatica_e_a_formacao_do_professor/unidade1.html?topico=1). Acesso em: 3 set. 2022.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Recomendações para uma política pública de livros didáticos**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001876.pdf> Acesso em 17 mar. 2022.

BELTRÁN, Isauro Núñez; RAMALHO, Betânia Leite; SILVA, Ilka Karine P. da; CAMPOS, Ana Paula N. A seleção dos livros didáticos: um saber necessário ao professor. O caso do ensino de Ciências. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 33, n. 1, p. 1-11, 26 abr. 2003. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/2889/3822>. Acesso em 04 ago. 2022.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. 5 perguntas sobre livros didáticos. Youtube. Direção de Bruno Mazzoco. Produção de Ana Paula Moreira. Instituto Claro / Net/ Embratel, Brasil, 2019 (8 min.), online, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HmupFlqbSc8&t=283s>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. 1993. Tese de Doutorado. UFSC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/208387>. Acesso em 31 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Fundo Nacional do Desenvolvimento. **PNLD 2002. Guia de livros didáticos: alfabetização**. Brasília, 2001. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-pnld/item/10527-guia-pnld-2002>. Acesso em 27 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Fundo Nacional do Desenvolvimento. **PNLD 2019. Apresentação**. Guia dos livros didáticos. Brasília, 2018. Disponível em: [https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia\\_pnld\\_2019\\_Apresentacao.pdf](https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2019_Apresentacao.pdf). Acesso em 27 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental (SEF). **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn\\_5a8\\_historia.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf). Acesso em 18 fev. 2022.

CAIMI, Flávia Eloisa. Sob nova direção: o PNLD e seus desafios frente aos contextos político-educativos emergentes. **Revista História Hoje**, v. 7, n. 14, p. 21-40, 2018. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/465>.

Acesso em 19 jul. 2022.

CAMARGO, Thiago Dutra de. **Educação Integral e espiritualidade: os benefícios dessa relação para a formação integral do ser humano**. Orientador: profa. Dra. Jaqueline Moll. 2015. 21 p. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Especialização Lato Sensu Educação Integral na Escola Contemporânea) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CARNEIRO, Maria Helena da Silva; SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; MÓL, Gerson de Souza. Livro didático inovador e professores: uma tensão a ser vencida. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)**, v. 7, p. 101-113, 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/j/epec/a/s8K7cB5J4zqgQh46kjf6NBr/abstract/?lang=pt>. Acesso em 19 mar. 2022.

DARIDO, Suraya Cristina et al. A construção de um livro didático na educação física escolar: discussão, apresentação e análise. **Núcleos de ensino. São Paulo: Unesp**, p. 387-409, 2008.

**Edital de Convocação nº 01/2019 – CGPLI**. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro e do material didático PNLD 2019 – atualização BNCC. MEC. Ministério da Educação. FNDE. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. SEB. Secretaria da Educação Básica, Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-2019-atualizacao-bncc/EditalPNLD2019AtualizacaoBNCCConsolidado29.06.2020.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2022.

FIORENTINI, Dario et al. Uma reflexão sobre o uso de materiais concretos e jogos no Ensino da Matemática. **Boletim da SBEM-SP**, v. 4, n. 7, p. 1-4, 1990. Disponível em: [encurtador.com.br/fikq4](http://encurtador.com.br/fikq4). Acesso em 15 abr. 2022.

FREITAS, Neli Klix; RODRIGUES, Melissa Haag. O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo. **DAPesquisa**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 300-307, 2008. DOI: 10.5965/1808312903052008300. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/dapesquisa/article/view/15378>. Acesso em: 16 jul. 2022.

FREITAS, Olga. **Equipamentos e materiais didáticos: Técnico em meio ambiente e manutenção em infra- estrutura escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. 132 p. ISBN 978-85-230-0979-3. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000013636.pdf>. Acesso em: 27 maio 2022.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, v. 24, p. 123-144, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/t8rJqjBQ8f4bwPyV47zd8Dr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2022.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **Pro-posições**, v. 23, n. 3, p. 51-66, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pp/a/9zhGQRDGBZ8FmWXpdNVNxpB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 29 maio 2022.

NAKAMOTO, Persio. **A configuração gráfica do livro didático: um espaço pleno de significados**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: [https://famesp.com.br/wp-content/uploads/2010/08/PERSIO\\_NAKAMOTO.pdf](https://famesp.com.br/wp-content/uploads/2010/08/PERSIO_NAKAMOTO.pdf). Acesso em 09 mar. 2022.

OLIVEIRA, Gabriela Souza; GONÇALVES, Rafael Marques. Livro didático no Brasil: um panorama do Programa Nacional do Livro e Material Didático. **Communitas**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 393–401, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/5511>. Acesso em: 23 jul. 2022.

**O QUE A ESCOLA DEVERIA APRENDER ANTES DE ENSINAR?**. Palestra de Viviane Mosé. Realização Cpficultura. Direção de Wilson Ferreira Junior, Augusto Rodrigues, Marta Maia. Sérgio Zeigler. Produção de Daniela O. Pagotto, Denize Gomes, Elisa Chalfon, Luana Binta, Camila Saquetti. Coordenação de Maria Izabel Blanco. Música: Incidental “mad Rush” Philip Glas. São Paulo, 2009. Vídeo da (49 min.). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=EigUj\\_d5n80](https://www.youtube.com/watch?v=EigUj_d5n80). Acesso em 17 jun. 2022.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou da Educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 592 p. Tradução de Sérgio Milliet. Disponível em: <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/emc3adlio-ou-da-educac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2022.

SANTOS, Adriana Alexandre de Araújo. **Usar ou não usar os novos livros didáticos de alfabetização?** Concepções e práticas dos professores ao ensinarem o sistema de escrita alfabética. 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4601/1/arquivo5676\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4601/1/arquivo5676_1.pdf). Acesso em 17 mar. 2022.

SANTOS, Cibele Mendes Curto dos. **O livro didático do ensino fundamental: as escolhas do professor**. Orientador: Prof<sup>a</sup> . Dr<sup>a</sup> Leilah Santiago Bufrem. 2007. 236 p. Dissertação (Requisito parcial do grau de Mestre) - Programa de Pós-Graduação em Educação, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/11159>. Acesso em: 3 ago. 2022.

SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. **Educação & Realidade**, v. 37, p. 803-821, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/wNQB9SszJFYhbLVr6pqvp4wg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 fev. 2022.

SILVA, Ranilza Francisca; ALVES, Sílvia Leticia Louzeiro. O uso do livro didático em tempos de pandemia no ensino remoto como estratégias de mediação nas aulas de Língua Portuguesa. **Revista Iniciação & Formação Docente**, v. 8, n. 1-2021, 2021.

SIMÕES, Patrícia Maria Uchoa. **Avaliação do Programa Nacional do Livro Didático por gestores de escolas do Recife**. Pesquisadora da Diretoria de

Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco 2012. Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/leh/files/2017/12/SIM%C3%95ES-Patr%C3%ADcia-Maria-Uchoa.-Avalia%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em : 19 mar. 2022.

SOUZA, Salete Eduardo. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. **Arq Mudi**. Maringá, PR, v. 11, n. Supl 2, p. 110-114 p, 2007. Disponível em: <://www.dma.ufv.br/downloads/MAT%20103/2014-II/listas/Rec%20didaticos%20-%20MAT%20103%20-%20201http4-II.pdf>. Acesso em 17 fev. 2022.

TRENTIN, Cleci Irene; ALVES, Roseli Terezinha. Metodologia dialética e construção do conhecimento. **Revista Faz Ciência**, v. 4, n. 1, p. 157-157, 2002. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7470/5526>. Acesso em 03 jun. 2022.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Metodologia Dialética em Sala de Aula. **Revista de Educação AEC. Brasília**, v.21, n.83, 1992. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/formacao/files/2013/12/met-dialt-em-sa-aec.pdf>. Acesso em 03 jun.2022.

WEBER, Dorcas. Laboratório: materiais pedagógicos (material didático elaborado para o curso de Pedagogia à distância - CLN). Porto Alegre: **UFRGS**, 2021.

XAVIER, Farliany Ribeiro, TOLEDO, Stefani Moreira Aquino e CARDOSO, Zilmar Santos. Programa Nacional do Livro e do Material didático (PNLD): caminhos percorridos. **Educação em Debate (ISSN: 01021117 e ISSN: 2526-0847)**, Fortaleza, ano 42, nº 82, maio/ago. 2020.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Tradução: Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

## APÊNDICE

### Modelo de termo de consentimento utilizado

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARTICIPANTE

**PESQUISA:**

**PESQUISADORA:**

**ORIENTAÇÃO:**

Prezado(a) Sr(a)

Estamos desenvolvendo uma pesquisa denominada \_\_\_\_\_, realizada por \_\_\_\_\_, aluna do curso de \_\_\_\_\_, como parte do Trabalho de Conclusão de Curso sob a orientação da Prof \_\_\_\_\_ professor/a do Departamento \_\_\_\_\_ na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Você está sendo convidado(a) a participar deste estudo. A seguir, esclarecemos e descrevemos as condições e objetivos do estudo:

NATUREZA DA PESQUISA: \_\_\_\_\_.

PARTICIPANTES DA PESQUISA: \_\_\_\_\_.

ENVOLVIMENTO NA PESQUISA: Ao participar deste estudo você será convidado a participar de uma pesquisa na qual serão feitas perguntas a respeito da atuação docente. É previsto o tempo de, em média, 10 minutos para sua realização. Você tem a liberdade de se recusar a participar e tem a liberdade de desistir de participar em qualquer momento que decida. Sempre que você queira mais informações sobre este estudo podem entrar em contato com a pesquisadora. pelo e-mail \_\_\_\_\_.

SOBRE O QUESTIONÁRIO/ENTREVISTA: Serão solicitadas algumas informações básicas/perguntas sobre ações práticas que são desenvolvidas em sua ação docente, tanto àquelas que se referem ao planejamento como aquelas que ocorrem na sala de aula.

CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Trataremos todas as informações sem que haja identificação de particularidades de cada entrevistado. Os resultados obtidos na pesquisa serão utilizados para alcançar os objetivos do trabalho expostos acima, incluindo a possível publicação na literatura científica especializada.

BENEFÍCIOS: Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto; entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outros docentes, em atuação ou em formação, de modo que possam construir outras formas de ação docente.

PAGAMENTO: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa. Para tanto, preencha os itens que se seguem:

Desde já, agradecemos a atenção e a participação. Caso queira contatar a equipe, isso poderá ser feito pelos emails: \_\_\_\_\_ e ao Comitê de Ética em Pesquisa UFRGS (51) 3308 3738.etica@propesq.ufrgs.br Av. Paulo Gama, 110, Sala 311 Prédio Anexo I da Reitoria - Campus Centro Porto Alegre/RS - CEP: 90040-060

#### CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_, entendi os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto, eu concordo em participar.

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do participante)